

# Coreia do Sul, Japão e China e o processo de *catching-up*: uma análise Novo-Desenvolvimentista

Versão 24/07/2019

Luiz Carlos Bresser-Pereira\*

Elias Jabbour\*\*

Luiz Fernando de Paula\*\*\*

## RESUMO

O objetivo geral deste artigo é analisar o processo de *catching-up* do Japão, Coreia do Sul e o caso chinês pós-reformas de 1978 a partir de uma abordagem novo-desenvolvimentista que considere quatro fatores fundamentais: 1) uma relação de complementaridade entre Estado e mercado como um processo dinâmico que se altera ao longo do tempo; 2) necessária complementaridade entre política macroeconômica e política industrial; 3) papel fundamental do Estado dos bancos de desenvolvimento no enfrentamento do problema do “financiamento do desenvolvimento”; e destaque à 4) centralidade da taxa de câmbio e do manejo na administração do balanço e pagamentos no processo de desenvolvimentos desses três países. A questão fundamental do artigo é em que medida o processo de *catching-up* nesses países pode ser entendido como uma aplicação de uma estratégia novo-desenvolvimentista, levando em conta as devidas mediações históricas de cada país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leste Asiático; China, Catching-Up; Estratégia Novo-Desenvolvimentista.

## ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the catching-up process of Japan, Korea and the post 1978 reforms Chinese case, based on a new developmentalist approach that considers four fundamental factors: 1) a complementarity relationship between state and market as a dynamic process that changes over time; 2) necessary complementarity between macroeconomic policy and industrial policy; 3) the key role of public and development banks in attacking the problem of "financing of development"; and a special focus on 4) the centrality of exchange rate and balance of payment administration for development process in these three countries. The fundamental question of the paper is in what extent the process of catching-up in these countries, especially the current Chinese case, can be understood as an application of a new developmentalist strategy, taking in account the historical specificities of each country.

**KEYWORDS:** East Asia; China, Catching-Up; New-Developmentalist Strategy

---

\* Professor Emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP).

\*\* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e de seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE-UERJ)

\*\*\* Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ), Coordenador do Grupo de Estudos de Economia e Políticas – GEEP (IESP/UERJ) e pesquisador do CNPq.

## 1. INTRODUÇÃO

É consenso, entre economistas ortodoxos e heterodoxos, que o Japão e a Coreia do Sul pós 2ª Guerra Mundial e a China pós-reformas econômicas de 1978, são *cases* de sucesso de catching-up, ao contrário da América Latina cujo processo de crescimento entrou em colapso desde a crise da dívida do México em 1982, seguida pela adoção de agendas em conformidade com o chamado “Consenso de Washington”, em suas diferentes versões, sobretudo a abertura da conta financeira e a adoção de taxas de câmbio determinadas pelo mercado criando as condições institucionais a um crescimento baseado na *poupança externa* e especialização/(re)primarização da pauta de exportações.

A maioria dos trabalhos sobre o desenvolvimento econômico no Leste Asiático têm muitos pontos em comum, dentre os quais: **1)** a centralidade do papel do Estado na coordenação e elaboração de políticas industriais como meios de execução às respectivas estratégias nacionais de desenvolvimento; **2)** a formação de conglomerados empresariais estatais ou privados em conexão com sistemas financeiros nacionais; **3)** enfrentamento ao problema crônico da *restrição externa* a partir de estratégias de inserção externa via pautas de exportações com crescente agregação de valor ao longo do tempo até atingir a “fronteira tecnológica”<sup>1</sup> e **4)** formação de burocracias comprometidas com o projeto nacional e com alto grau de instrução trabalhando tanto na grande burocracia estatal (MITI japonês, por exemplo) quanto nos quadros administrativos dos conglomerados empresariais (chaebols, zaibatsus, keiretsus, grandes estatais chinesas etc) (Evans, 1993).

A abordagem *Novo-Desenvolvimentista* – desenvolvida por Bresser-Pereira e outros - pode ser importante aporte não somente fechar lacunas abertas no estudo das unidades de análise em tela, mas também de ampliar o relevo de observação destes *fenômenos*. De fato, tanto entre os estudos clássicos do desenvolvimentismo de tipo asiático quanto em muitos dos estudos mais recentes pouca atenção fora dispensada à análise da *política econômica* no sentido de criar condições para um crescimento de longo-prazo<sup>2</sup>.

A combinação entre o problema da doença holandesa e de uma política de crescimento com poupança externa gera, como será visto no artigo, na *tendência crônica de sobrevalorização cambial*, típica de economias emergentes que não neutralizam a doença holandesa e a abundância dos fluxos de capitais externos. Daí a importância do manejo da taxa de câmbio como elemento fundamental de uma política de desenvolvimento que vise na quebra do citado círculo vicioso. Acrescente-se, ainda, que há uma ampla literatura que mostra haver uma relação robusta de longo prazo entre taxa de câmbio competitiva e crescimento econômico (Rodrik, 2008; Guzman et al, 2018).

A busca de uma taxa de câmbio que tanto permita superar o problema da “doença holandesa” quanto garanta acesso dos produtores locais à demanda doméstica e externa,

---

<sup>1</sup> Neste sentido uma tese central percebida em Amsden (2007, p. 29) está no fato de: “Pela primeira vez na história, países ‘atrasados’ se industrializaram sem *inovações próprias*. (...) A industrialização tardia foi um caso de *aprendizado puro*”.

<sup>2</sup> Johnson (1982, p. 315-320), por exemplo, destaca quatro principais elementos explicativos do sucesso japonês: 1) existência de uma elite pequena de burocratas prontas a melhor atender às exigências do projeto nacional; 2) sistema político que garanta liberdade de ação e escopo a esta burocracia; 3) um perfeito *market-conforming methods* que geram formas racionais de intervenção do Estado na economia e 4) o papel-chave de instituições como o Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MITI) no processo de coordenação e execução do próprio projeto nacional. Em nenhum momento de seu trabalho surge o papel da política econômica.

e, conseqüentemente, uma taxa esperada de lucro favorável ao capitalista passa a ser vista como central, e a ser demonstrada mais adiante, dentro de uma estratégia desenvolvimentista.

O objetivo do presente trabalho é analisar, de forma geral, o processo de catching-up do Japão, Coreia e o caso chinês pós-reformas de 1978 a partir de uma abordagem novo-desenvolvimentista que considere quatro fatores fundamentais: **1)** uma relação de complementaridade entre Estado e mercado como um processo dinâmico que se altera ao longo do tempo; **2)** Necessária complementaridade entre política macroeconômica e política industrial; **3)** Papel fundamental do Estado e dos bancos de desenvolvimento no enfrentamento do problema do “financiamento do desenvolvimento” e, com destaque à **4)** centralidade da taxa de câmbio ao processo de desenvolvimentos desses três países.

Além desta introdução, o artigo está dividido em outras quatro seções. Na seção 2 discutimos as bases de uma estratégia novo-desenvolvimentista de *catching up* e sua visão do processo de desenvolvimento econômico. Na seção 3 examinamos a aplicação da estratégia novo-desenvolvimentista aos casos japonês e coreano. A estratégia chinesa de desenvolvimento será discutida na seção 4. Por fim, seção 5 fazemos nossas considerações finais.

## **2. A ESTRATÉGIA NOVO-DESENVOLVIMENTISTA DE CATCHING-UP E O FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO**

A estratégia *Novo-Desenvolvimentista* pode ser entendida como o *desenvolvimentismo* dos países de renda média nos quadros da globalização financeirizada, onde a competição e entre os Estados-nação aumentou de forma que o desenvolvimento econômico e o *catching up* dependem da adoção de estratégias nacionais de desenvolvimento (Bresser-Pereira e Gala, 2012, p. 28).

Para a “macroeconomia do desenvolvimento” de Bresser-Pereira (2011), há dois problemas macroeconômicos fundamentais em países de renda média:

- a) *tendência dos salários crescerem abaixo do aumento da produtividade*, em função da existência de uma oferta ilimitada de mão de obra em países em desenvolvimento;
- b) *tendência para sobrevalorização da taxa de câmbio*, que deriva de dois fatores estruturais: o problema da “doença holandesa” e uma apreciação cambial adicional causada pela fluxos líquidos de capitais externos, estimulados pela política de crescimento com poupança externa.

De forma mais detalhada, a *tendência a sobreapreciação da taxa de câmbio*, resulta de dois fatores principais:

- a) *Doença holandesa*, definida como “a crônica sobrevalorização da taxa de câmbio de um país causada pela exploração de recursos abundantes e baratos que produz rendas ricardianas cuja produção comercial é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais apreciada do que a taxa média de câmbio que torna economicamente viáveis os setores de bens comercializáveis que usam tecnologia de ponta” (Bresser-Pereira, 2010, p. 142). Em outras palavras, a taxa de câmbio equilibra a conta-corrente, mas inviabiliza os setores comercializáveis tecnológicos mais sofisticados. A pressão da doença holandesa sobre a sobrevalorização das moedas nacionais varia de acordo com a sua gravidade;

- a) *Maior atração dos fluxos de capitais para os países em desenvolvimento*, resultado da atração estrutural que as altas taxas de lucro e de juros existentes nessas economias exercem sobre o capital externo, o que gera uma apreciação adicional causada pelo grande afluxo de capitais externos, atraído pela política de crescimento com poupança externa (que estimula a captação de recursos externos como “complemento” da poupança doméstica), pelo uso da taxa de câmbio como âncora nominal, do uso de metas de inflação como um substituto dessa âncora e da adoção de políticas de liberalização financeira (Bresser-Pereira, 2011).

Um fator acessório que pode contribuir para tal tendência é o “*populismo cambial*”, em que um país ao permitir que a taxa de câmbio se aprecie faz com que acaba gastando mais do que arrecada, incorrendo em déficits crônicos em conta-corrente. Com a taxa de câmbio sobrevalorizada, os salários em geral cresçam “artificialmente”, em função do barateamento da cesta de consumo, acompanhado de um aumento nas importações (e desaceleração das exportações). O resultado final é que a economia cresce com a utilização da poupança externa, aumentando a sua vulnerabilidade externa.

Para se contrapor à primeira tendência, sugere-se uso de políticas de rendas, particularmente uma política de ganhos reais para o salário mínimo e a implantação de uma política que mantenha os salários crescendo uma taxa próxima da produtividade e consistente com uma taxa de lucro satisfatória para a indústria (para evitar o fenômeno do *profit squeeze*).

Quanto à segunda tendência (sobrevalorização da taxa de câmbio a longo prazo), preconiza-se uma política cambial que neutralize a tendência de sobrevalorização cambial e que tenha como meta uma “taxa de câmbio de equilíbrio industrial” – isto é, aquela necessária para que empresas industriais, utilizando a tecnologia mais moderna, sejam competitivas internacionalmente (Bresser-Pereira, 2011).

A taxa de câmbio é vista como uma variável estratégica da política macroeconômica desenvolvimentista, estimulando as exportações de maior valor agregado, uma vez que expansão puxada só pelo consumo tem efeitos limitados: “consumo pode gerar crescimento econômico somente temporariamente, uma vez que seja política e economicamente possível induzir a redistribuição da renda em favor da classe trabalhadora. A existência de limites definidos para o aumento dos salários na renda nacional faz da expansão das exportações, no longo prazo, o agente do crescimento econômico.” (Bresser-Pereira et al., 2015, p. 29).

De acordo com a estratégia novo-desenvolvimentista, não há conflito entre desenvolvimento do mercado interno e estratégia de crescimento baseada nas exportações, pois exportações aumentam o emprego, os salários e o consumo interno; ademais, estimula a principal variável de demanda, que é o investimento. Uma questão central é que os produtores locais devem ter acesso a demanda interna e externa, e a variável chave para conectá-los aos dois mercados é a taxa de câmbio competitiva, pois do contrário estímulos contracíclicos dados pelo governo podem resultar num “vazamento de demanda para o exterior” em função do crescimento das exportações líquidas.

Em particular, uma nação deve adotar uma estratégia de crescimento puxado pelas exportações (*export-led growth*) por um breve período, isto é, em situações em que a taxa de crescimento corrente é insatisfatória, ou seja, está abaixo da taxa necessária para

realização do *catching-up*. Contudo, em uma situação de crescimento equilibrado, em que a taxa de investimento e de crescimento são razoavelmente satisfatórias, um país não precisa escolher entre uma estratégia *export-led* ou *wage-led*, o que ele precisa é de uma estratégia balanceada, na qual os salários crescem à mesma taxa da produtividade, e a razão lucro-salário permanece constante, de modo que a taxa de lucro no longo prazo permanece a um nível satisfatório para estimular o empresário a investir (Bresser-Pereira et al., 2015, cap. 12).

Um aspecto importante desta análise do desenvolvimento é que a taxa de câmbio afeta as elasticidades das funções exportações e importações. Como mostrou Prebisch e os modelos de crescimento restringido pelo balanço de pagamentos *a la* Thirlwall, os países produtores de bens de baixo valor agregado são constrangidos externamente em função do fato de a elasticidade-renda das importações ser maior do que das exportações. Bresser-Pereira et al. (2015), contudo, mostram que a elasticidade das exportações e a elasticidade das importações não são variáveis exógenas do modelo, determinadas somente pelo nível de conhecimento tecnológico do país, mas são também afetadas pela taxa de câmbio real. Assim, as elasticidades são variáveis endógenas que dependem da taxa de câmbio. Desse modo, taxa de câmbio real apreciada afeta negativamente a estrutura produtiva e produz um processo perverso de especialização na produção de bens intensivos em recursos naturais e inibidor de investimento em setores comercializáveis, causando – via desindustrialização – um baixo crescimento econômico.

Alternativamente, uma taxa de câmbio real depreciada pode ter um efeito inverso, afetando positivamente a estrutura produtiva, contribuindo para produzir um processo virtuoso de diversificação produtiva (inclusive em direção a bens de maior valor agregado) e dando origem a um crescimento econômico maior. Portanto, a taxa de câmbio não é uma variável endógena (e não exógena), que afeta a taxa de substituição entre poupança doméstica e poupança externa, e contribui decididamente para o grau de diversificação ou especialização da estrutura produtiva. Uma política macroeconômica que tem por objetivo uma taxa de câmbio competitiva é capaz de gradualmente elevar a taxa de poupança, uma vez que os lucros empresariais, em função do maior dinamismo das exportações, tendem a aumentar. Dada à maior propensão de poupar dos capitalistas, a poupança doméstica agregada tende a se elevar por conta do maior investimento (que é quem gera renda na economia, que parte é poupada). Logo, a taxa de poupança depende da taxa de investimento, que depende da existência de oportunidades de lucro que, por sua vez, resultam das oportunidades de exportações manufatureiras que só existem se a taxa de câmbio não estiver sobrevalorizada. Por outro lado, a redução dos déficits em conta-corrente (ou seu superávit) diminui a necessidade de obtenção de recursos externos para financiar tais déficits. Portanto, uma taxa de câmbio competitiva é vista como fundamental para liberar a economia nacional da necessidade de financiamento externo e da política de crescimento com poupança externa.

Bresser-Pereira (2009, 2011) distingue duas taxas de câmbio: a *taxa de câmbio de equilíbrio corrente*, isto é, que equilibra intertemporalmente a conta-corrente de um país, sendo, portanto, a taxa para o qual o mercado converge; e a que denomina de *taxa de câmbio de equilíbrio industrial*, que é aquela que permite a produção (e exportações) de bens comercializáveis no país sem necessidade impostos e subsídios, i.e., é a taxa de câmbio que na média permite às empresas que usam a tecnologia no estado das artes

serem lucrativas e competitivas.<sup>3</sup> Quanto maior a divergência entre as duas taxas, mais grave será a doença holandesa. Contudo, em função da pressão dos afluxos de capitais externos, a taxa de câmbio continua a se apreciar ainda mais, contribuindo para gerar déficits em conta-corrente. À medida que o déficit em conta-corrente aumenta, sob a pressão da política de crescimento com poupança externa e do populismo cambial, acaba-se minando a confiança dos investidores e credores internacionais, abrindo a possibilidade de uma crise do balanço de pagamentos, causando uma abrupta e aguda depreciação cambial.

O autor assinala que países de renda média, que realizaram seu *catch-up*, neutralizaram de alguma forma a tendência de sobrevalorização da taxa de câmbio. Na prática, vários países neutralizaram a doença holandesa de diversas formas, com uso de taxas múltiplas de câmbio, tarifas de importação e subsídios às exportações que implicavam um imposto disfarçado sobre as *commodities*. Bresser-Pereira (2009, cap. 5) sugere especificamente a neutralização da doença holandesa através de um imposto sobre a venda dos bens que lhe dão origem (o imposto deve corresponder à diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial), e a criação de um fundo internacional com as receitas derivadas desse imposto para evitar que o ingresso dessas receitas revalorize a taxa de câmbio, de modo a tornar as duas taxas de câmbio de equilíbrio razoavelmente próximas.

Neste sentido, a *planificação do comércio exterior* ocorreria sob o acicate de: **1)** instituições que garantissem a realização de uma política cambial que liga as empresas nacionais ao mercado interno; **2)** da ampliação da competitividade das empresas nacionais nos mercados externos; **3)** da implantação de um *imposto sobre a exportação de commodities* e **4)** do gerenciamento de mecanismos de controle sobre a entrada e saída de capitais.

Cabe assinalar que, segundo a estratégia novo-desenvolvimentista de Bresser-Pereira e outros autores, a política industrial tem um papel estratégico e complementar, não podendo ser substituído de uma política macroeconômica adequada, baseada no equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e uma taxa de câmbio competitiva. Ademais, sustenta-se que deve haver uma articulação entre política cambial e política fiscal, no sentido que esta deve estar ciclicamente equilibrada para contrapor-se aos efeitos expansionistas de longo prazo de uma taxa de câmbio competitiva.

Por fim, deve-se agregar a visão novo-desenvolvimentista a *questão do financiamento do desenvolvimento*. Keynes (1937), em um debate logo após a publicação de sua Teoria Geral em 1936, fez uma importante distinção entre poupança e financiamento: o que o empresário precisa para concretizar suas decisões de investimento é ter acesso a liquidez, provida pelo setor bancário ou pela renúncia a liquidez por parte dos agentes, e não poupança prévia. Para tanto, é necessário ter um setor bancário com capacidade de criar poder de compra novo via crédito. Poupança *ex-post* é gerada a partir das decisões autônomas de investimento, como resultado do processo multiplicador de renda (que parte é consumida e parte é poupada). Essa poupança *ex post* se bem canalizada para sistema financeiro pode contribuir para consolidar a dívida de curto prazo das firmas investidoras em uma estrutura de dívida de longo prazo, compatível com a maturidade de

---

<sup>3</sup> Para o desenvolvimento de uma metodologia para estimar a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, ver Marconi (2012).

seus ativos de longo prazo, reduzindo a tendência à fragilidade financeira típica de economias em crescimento. Neste sentido, um sistema financeiro funcional ao desenvolvimento econômico é aquele capaz de prover financiamento (*finance*) que permite os empresários a fazer gastos com investimentos e que canaliza poupança para, direta ou indiretamente, fundar suas dívidas (*funding*). As experiências do século XX mostram que em todos os países que realizaram seu “*catching-up*” houve alguma forma uma intervenção do Estado na questão do financiamento do investimento seja diretamente via bancos públicos ou indiretamente com linhas de crédito subsidiadas operadas por bancos privados. Não há razão para supor que os mecanismos de financiamento e sobretudo de *funding* surjam espontaneamente pelo simples funcionamento do mercado (Paula, 2013).

Note que a abordagem acima referida é plenamente compatível com a visão novo-desenvolvimentista. Como visto acima, esta última incorpora o mecanismo keynesiano de que a poupança é resultado das decisões de investimento, mas no caso de economias em desenvolvimento as exportações líquidas têm um papel estratégico em sustentar taxas de lucro mais elevadas, sobretudo durante a fase de “*catching-up*”. Contudo, há necessidade de se ter um sistema financeiro que seja funcional ao crescimento econômico, no sentido de prover financiamento no volume e maturidade adequada para realização das decisões de investimento.

Como veremos a seguir as principais economias do Leste Asiático – China, Coreia do Sul e Japão – não só adotaram políticas de administração de seu balanço de pagamentos e uma estratégia “*export-led growth*” para realização de seu “*catching-up*”, como também enfrentaram o problema da restrição financeira ao processo de desenvolvimento. Evidentemente, contudo, deve-se considerar as especificidades de cada caso, inclusive no que se refere ao momento de realização de seu processo de “*catching-up*”: anos 1950 até início dos anos 1970 no caso do Japão; anos 1970 até meados de 1990 no caso coreano; e a partir dos anos 1980 no caso da China. Com as devidas adaptações há alguma evidência de que esses países adotaram uma estratégia de desenvolvimento próxima ao novo-desenvolvimentismo.

### **3. O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E OS CASOS DO JAPÃO E COREIA DO SUL**

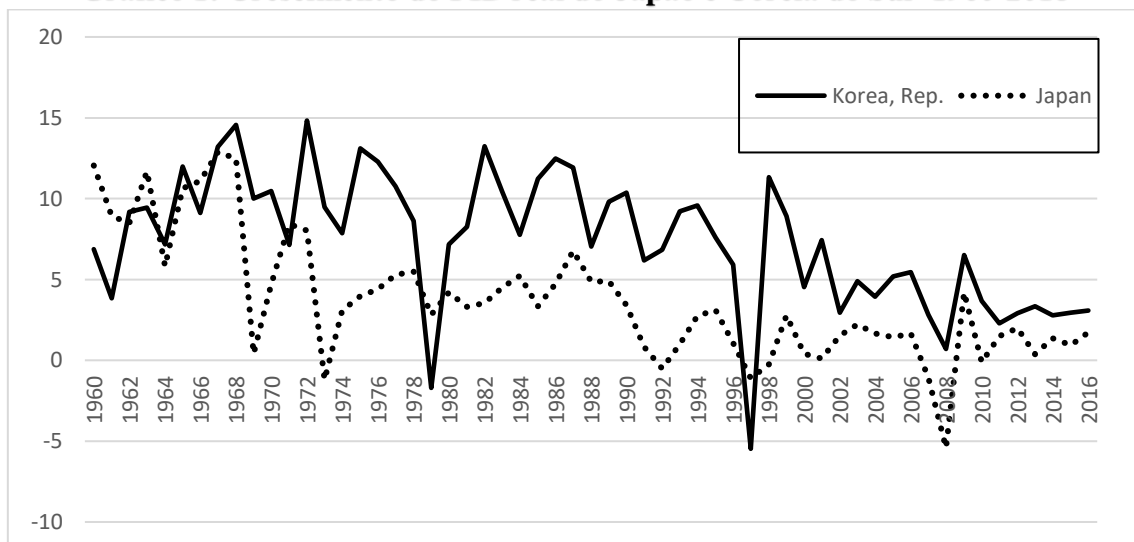
Não é fato novo atribuir ao Japão e Coreia do Sul trajetórias de sucesso na realização do seu processo de *catching-up* que incluíram políticas domésticas com o objetivo de formar grandes conglomerados voltados a atender estratégias agressivas de desenvolvimento e formação – e proteção – do mercado interno. O comércio internacional, como *variável estratégica*, serviu a objetivos de longo prazo com vistas – via internalização de tecnologias de ponta – a uma inserção na *divisão internacional do trabalho* crescentemente marcada por, **1)** exportações de elevado valor agregado e **2)** grandes superávits comerciais com os Estados Unidos<sup>4</sup>. Tratou-se de uma dinâmica de desenvolvimento regional liderado pelo Japão, a partir do qual diferentes países do Leste Asiático deslocam-se em formação como os gansos voadores, em contraste com o baixo crescimento das economias latino-americanas (Palma, 2008).

---

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que esses países aproveitaram-se de um período de câmbio fixo atrelado ao dólar (regime de Bretton Woods) e das condições políticas favoráveis em função da Guerra Fria. A questão, nesse caso, não foi a oportunidade em si, mas o fato de se ter aproveitado esse momento a um vigoroso *catching-up*

O gráfico 1 mostra de forma muito clara o intenso processo de crescimento econômico sustentados por Japão e Coreia do Sul ao longo de boa parte dos anos com médias acima dos 8% a.a. em determinado período (Japão entre 1961 e 1973 teve um crescimento médio do PIB real de 8,9% a.a. e mantendo-se, após os efeitos do 1º choque do petróleo, em 4,5% a.a. no período 1977/1991; Coreia do Sul alcançando a impressionante taxa de 9,6% a.a. em média de 1963/1995. Nenhuma região ou grupo de países passaram por uma transformação tão rápida e profunda de suas respectivas estruturas produtivas durante o século XX.

**Gráfico 1: Crescimento do PIB real do Japão e Coreia do Sul -1960-2018**



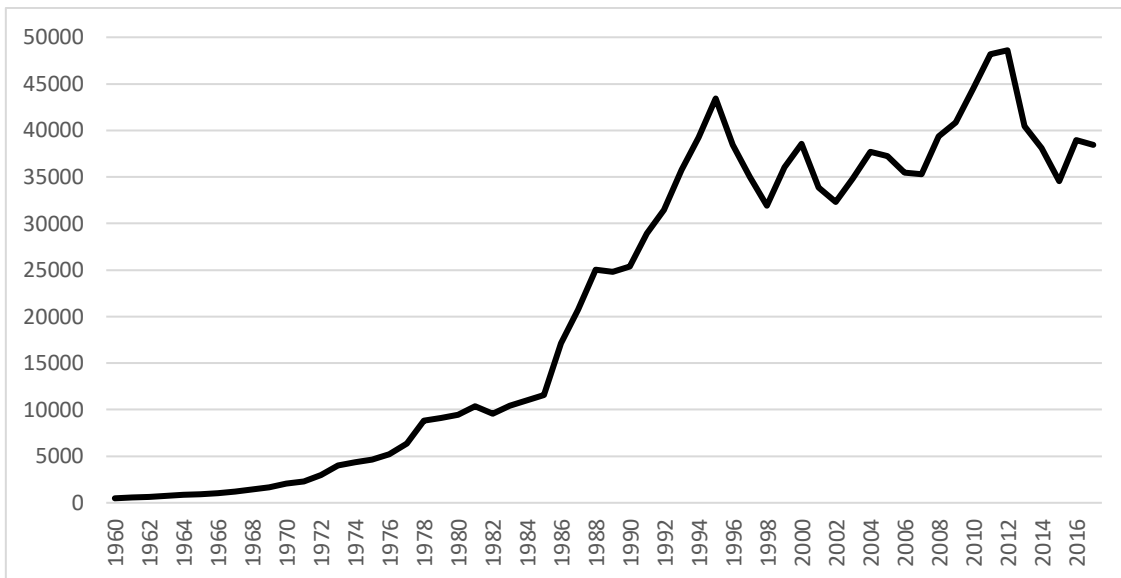
Fonte: World Bank

### 3.1. Japão e seu “milagre” no pós-guerra

O Japão é um dos mais paradigmáticos casos de *catching-up* do século XX. Este paradigma, dada surpreendente performance econômica entre 1953 e 1973, não à toa é chamado de “milagre”. Em 20 anos o crescimento econômico japonês foi mantido em patamares superiores a 10% ao ano. A renda per capita cresce de US\$ 479,00 em 1960 para US\$ 3.997,84 em 1973, vindo a atingir US\$ 31.464,55 em 1992 (Gráfico 2), um crescimento expressivo mesmo sabendo-se que trata-se de valores correntes (não considera diferenciais de custo de vida entre países). Este processo veio acompanhado de elevadas taxas de investimento, que se aceleraram durante o período do milagre japonês, com média de 33,7% do PIB em 1960/1973, vindo a reduzir a partir de então, mas mantendo-se em geral acima de 30% do PIB até meados da década de 1990, quando passa a reduzir gradualmente até atingir 21,4% em 2010. A antiga estrutura industrial, baseada na indústria leve, foi substituída por uma nova, centrada nos setores de equipamentos, insumos básicos e bens duráveis (Torres Filho, 1999, p. 225). Seu processo de desenvolvimento ter sido capaz de criar novas fronteiras de acumulação sob forma de uma chamada 3ª Revolução Industrial e inauguração de formas flexíveis de produção, com o Japão vindo a alcançar a fronteira tecnológica.

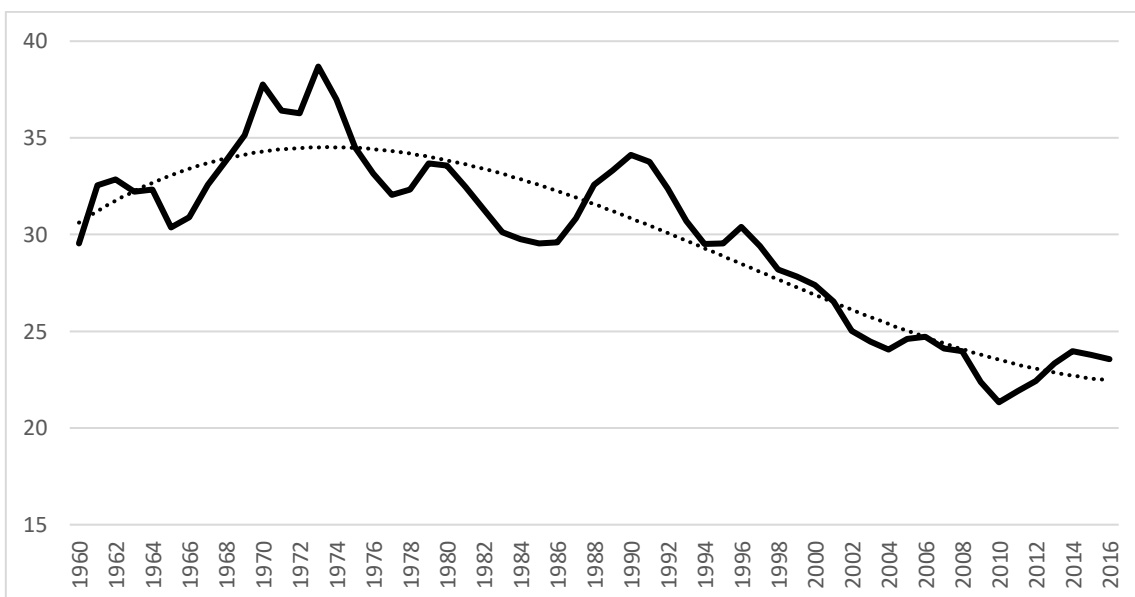
**GRÁFICO 2: PIB per capital em US\$ corrente (Japão, 1960-2017)**





FONTE: World Bank

**GRÁFICO 3: Formação bruta de capital fixo/PIB - % (Japão, 1960-2018)**



FONTE: World Bank

É importante destacar que o Japão iniciou seu processo de industrialização a partir da Restauração Meiji de 1868, que abriu caminho para a instauração de um regime político mais modernizador, liderado pelo Estado. A indústria pesada, em particular, foi favorecida por subsídios estatais dados a construção naval e ferrovias. Com o fim dos acordos desiguais de 1911 (que proibia a fixação de tarifas alfandegárias superiores a 5%), o Estado japonês promoveu uma ampla reforma tarifária visando proteger a indústria nascente, facilitar as importações de matérias-primas e controlar o consumo de bens de luxo, tornando o país um dos mais protecionistas do mundo (Chang, 2002).

Foi no período do pós-2ª Guerra Mundial, contudo, que o Japão realizou seu processo de “catching-up”, com um crescimento do PIB per capita de 8,0% a.a em 1950/1973, fazendo uso de uma política industrial e comercial ativa, incluindo planejamento indicativo e

programas de investimento e financiamento do governo, e uma política econômica pragmática pró-crescimento. Segundo Otsubo (2007, p.2), “economic policies and corporate strategies were geared to this utmost mandate in our minds – to catch-up. This general goal was shared by all economic agents as a national consensus. Macroeconomic policies, particularly monetary policies, were conducted in order to provide funds to strategic sectors for economic development.”

É possível identificar elementos claros que distinguem o “milagre” japonês: **1) precoce concentração e centralização do capital** de forma de grandes zaibatsus e keiretzus e seus devidos braços financeiros formando base material à *políticas industriais* ativas e planificação de tipo *indutiva*; **2) aplicação de um modelo institucional de Estado ativo** (Evans, 1993, p. 109) envolvendo desde clara substituição inicial do setor privado pelo Estado, na formação do todo poderoso MITI e na formação de instituições financeiras como o Correio e o Banco de Desenvolvimento do Japão, montando contornos de uma relação entre o Estado e o setor privado de plena sintonia com grandes objetivos estratégicos; **3) Comércio exterior planejado** incluindo uma estratégia exportadora como resposta à própria *restrição externa*, em função de sua forte dependência na importação de matérias-primas; 4) uma *dinâmica de competência tecnológica* que combinava proteção ao mercado interno, importação de tecnologia de ponta e altos investimentos em educação (Hirata e Zarifian, 1991, p. 178); **5) formação e existência de uma elite burocrática de Estado** comprometida com a *estratégia nacional de desenvolvimento*. Nesta seção nos centraremos na análise da política econômica e do financiamento da economia, aspectos um pouco negligenciados na análise do processo de “catching-up” japonês do pós-guerra e que, como vimos, é central na abordagem novo-desenvolvimentista.

O período de 1945/1954 foi marcado pela reconstrução econômica, já que a produção industrial estava em 1/10 do nível anterior a guerra, um período marcado pela escassez de bens e surto hiperinflacionário, mas já em 1952 o Japão restaurou o nível de PIB de 1935. O governo enfrentou a crise econômica adotando tanto medidas do lado da demanda - de contenção pela via fiscal e monetária para propósitos deflacionários em função da hiperinflação do pós-guerra e das crises no balanço de pagamentos - quanto do lado da oferta, canalizando os recursos escassos para indústrias estratégicas visando a superação de gargalos, além de controle de preços.

Em 1951, o governo japonês criou o “*Japan Development Bank*”, banco estatal, foi criado com vistas ao financiamento de reconstrução da economia japonesa, ao mesmo tempo em que um sistema de crédito bancário de longo prazo foi implementado de modo a prover fundos públicos e empréstimos ao setor privado, o que permitiu o país enfrentar a “armadilha da escassez de poupança”. Segundo Otsubo (2007, p.10), o governo japonês adotou políticas e fundos direcionados para indústrias chaves para o crescimento econômico que incluíram (i) estímulo a criação de instituições financeiras voltadas para oferta de financiamento industrial; (ii) criação de um “*fiscal investment and long program - FILP*” canalizando fundos públicos para indústrias chave através de novas instituições financeiras públicas (Japan Development Bank, the Exlm Band e o Medium and Small Business Credit Corporation); (iii) oferta de recursos do “Bank of Japan” para o setor privado em segmentos industriais chave através de empréstimos para instituições financeiras privadas a taxas de juros subsidiadas (“*window guidance*”). Assim, o Bank of Japan funcionava com um misto de banco central e banco de desenvolvimento (com linhas de financiamento subsidiado via bancos privados). Segundo dados do World Bank,

a relação crédito doméstico sobre PIB cresceu rapidamente de 56,3% em 1960 para 129,3% em 1972.

O período de alto crescimento (1954/1970) pode ser subdividido em duas fases (Saito, 2017). Uma primeira - 1954/1964 – pode ser caracterizada por um crescimento dirigido pela demanda doméstica como principal fator de crescimento, em função do rápido aumento no investimento privado, e pelo forte crescimento do setor industrial que beneficiou-se da abundância de mão-de-obra devido a forte migração de trabalhadores do campo para cidade. É um período em que o país enfrentou algumas crises no balanço de pagamentos em função de déficits comerciais que resultavam em diminuição nas reservas cambiais, enfrentada com a combinação de uma política monetária contracionista<sup>5</sup> com controle das importações. Dado que a Lei Orçamentária de 1947 proibia a emissão de títulos para financiar o déficit público, o orçamento nacional manteve-se equilibrado até meados dos anos 1960, sendo neutro na sustentação da demanda agregada. Uma segunda fase – 1965/1970 – marcada por superávits em conta corrente em função do bom desempenho das exportações (devido tanto ao câmbio depreciado quanto as melhorias de produtividade), o que permitiu uma acumulação de reservas cambiais que aliviou o constrangimento externo ao crescimento, e deu início a um padrão de crescimento mais próximo a um crescimento dirigido pelas exportações. O governo japonês desde 1960 iniciou um processo de liberalização das importações, em que foi mudando as quotas de divisas para importação restrita de commodities (FA, fundo de alocação) para um sistema de aprovação automática (AA). Este processo levou a uma taxa de liberalização de linhas de importação de 34% em 1959 para 93% em 1966 (Otsubo, 2007, p.17).

Cabe destacar que a taxa de inflação no pós-guerra, após o surto hiperinflacionário de 1946-1947, se manteve a partir de 1950 em patamares controlados com uma inflação média de 5,4% a.a. no período 1960/1972, que expressava as pressões inflacionárias pelo lado da oferta típicas de um período de acelerado crescimento econômico.

No período de “alto crescimento”, dada a restrição de ter que manter uma taxa de câmbio semi-fixa no contexto do Sistema de Bretton Woods, o governo japonês fez uso de subsídios as exportações e controle das importações, mas ao mesmo tempo mantendo tarifas baixas para importação de máquinas e matérias-primas necessárias para exportação de produtos manufatureiros. Os controles cambiais incluíram um arranjo chamado de “*foreign exchange budget system*”, através do qual o governo comprava todas divisas estrangeiras recebidas pelos exportadores e os alocava para os importadores que se comprometessem com os objetivos da política governamental (Saito, 2017), isto é favorecendo as empresas que cumprissem suas quotas de exportação. As barreiras a importação tomaram a forma de cotas de divisas assim como através de barreira tarifárias e não-tarifárias, adotando-se como norma “restrição como regra, e abertura como exceção”, num período em que o país exportava produtos manufaturados intensivos em trabalho de forma a obter receitas em divisas necessárias para importação de produtos manufaturados intensivo em tecnologia e matérias-primas (Otsubo, 2007, p.16). Acrescente-se que a saída de capitais para o externos era fortemente controlada, aprovada caso-a-caso, e a entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) foi igualmente controlada, pois a lei de capital estrangeiro de 1950 estabelecia que a entrada de IDE só poderia ocorrer se contribuísse para a melhoria do balanço de pagamentos – na prática a maioria do IDE não era aprovado se colocasse em risco o setor privado japonês. O

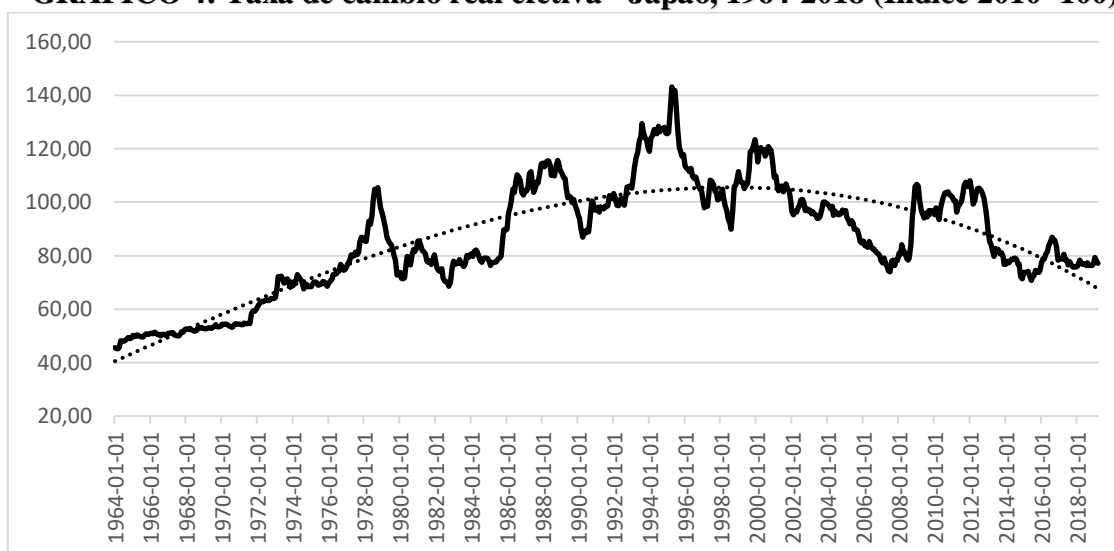
---

<sup>5</sup> Contudo, o Banco do Japão mantinha suas linhas subsidiadas de financiamento de longo prazo via instituições financeiras privadas, não comprometendo assim as decisões de investimento.

gerenciamento do balanço de pagamentos no pós-guerra foi um aspecto central da política desenvolvimentista do Japão – um fator que tem sido pouco ressaltado nas análises “clássicas” de seu processo de “catching-up”<sup>6</sup>.

Como mostra o Gráfico 4, a taxa de câmbio real efetiva se mantém estável durante o período do “milagre japonês”, isto é, até início dos anos 1970, quando passa a ter uma tendência geral de apreciação até meados dos anos 1990, vindo a se depreciar a partir de então. Em parte o comportamento oscilatório da taxa de câmbio real esteve atrelado ao comportamento da taxa de inflação, que manteve-se entre 4,0 a 6,5% em 1960/1972, e com forte oscilação na década de 1970, e vindo a reduzir apenas a partir de meados da década de 1980. Cabe destacar que o governo japonês sofreu pressão do governo americano para valorizar sua moeda, no que ficou conhecido como Acordos de Plaza em 1985.

**GRÁFICO 4: Taxa de câmbio real efetiva - Japão, 1964-2018 (Índice 2010=100)**



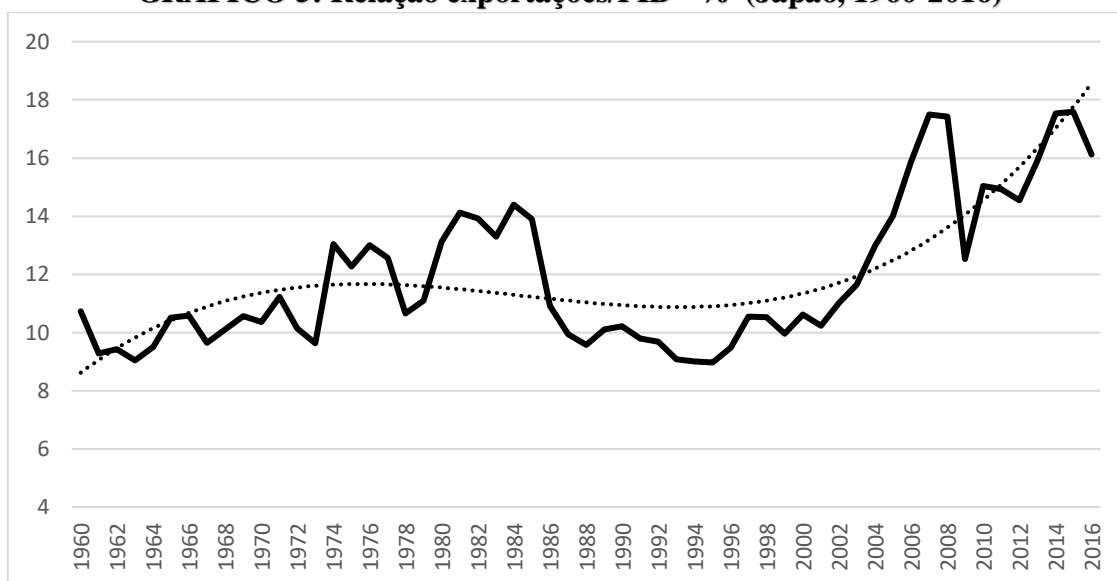
**FONTE: Federal Reserve Economic Data**

O Japão aproveitou a oportunidade de poder implementar políticas autônomas no contexto do Sistema de Bretton Woods para adotar uma política econômica pragmática que permitiu tanto para incrementar sua capacidade produtiva (sua taxa de investimentos em relação ao PIB passou de 29,5% em 1960 para 38,6% em 1973) quanto para alavancar suas exportações, que sai do patamar de 10,7% do PIB em 1963 para 13,6% em 1974 e passando dos 14% no último ano pré *Endaka*, 1984 (Gráfico 5). Esse nível é elevado mas bem abaixo do que seria atingido pela Coreia do Sul, o que expressa o fato de que ao contrário deste último país o mercado interno no Japão foi a alavanca principal do seu dinamismo econômico. Contudo as exportações tiveram um papel fundamental na estratégia de desenvolvimento japonês, por três motivos: (i) criou uma fonte adicional (e crescentemente) importante para o crescimento econômico (ainda que não possa ser caracterizado um caso clássico de “*export-led growth*”); (ii) permitiu a superação do estrangulamento do balanço de pagamentos, dada a necessidade de importação de insumos e bens de capital para dar continuidade a seu processo de industrialização; (iii)

<sup>6</sup> Exceções são Otsubo (2007) e Takagi (1996), que faz uma análise detalhada do sistema de controle de divisas e comércio em 1950/1964.

deu escala às indústrias para que incorporassem progresso técnico via inovações, elevando produtividade<sup>7</sup>.

**GRÁFICO 5: Relação exportações/PIB - % (Japão, 1960-2016)**



**FONTE: World Bank**

O choque do petróleo em 1973 leva o país a uma rápida recessão e alta inflacionária (23,2% em 1974). A reação do governo japonês ao cenário adverso foi instituir uma política industrial voltada tanto para as indústrias que atravessavam dificuldades temporárias ou estruturais (siderurgia, indústria têxtil, indústria naval, etc.) quanto para promoção de setores “high-tech” (equipamento industrial, eletrônica de informação, aviação e energia nuclear), em particular no fomento as atividades de pesquisa e desenvolvimento nas indústrias mais próximas da fronteira tecnológica<sup>8</sup> (Torres Filho, 1991, cap.4). O aumento de produtividade na indústria permitiu compensar o aumento nos salários reais em função da diminuição na abundância de mão-de-obra disponível. O patamar produtivo alcançado pelo Japão atinge níveis elevados: o crescimento econômico retoma a patamares médios de 10% a.a. entre 1978 e 1987. O *catching-up* japonês estava concluído<sup>9</sup>.

### 3.2. Coreia do Sul: um impressionante caso de *export-led growth*

Certamente a Coreia do Sul guarda uma particularidade essencial incorporada na *Estratégia Novo-Desenvolvimentista*, para quem, o *catching-up* passa explicitamente pela adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led* durante o período de alçamento de uma renda baixa para uma renda elevada. No caso coreano essa dinâmica exportadora contou com o suporte da combinação de política econômica pró-crescimento com

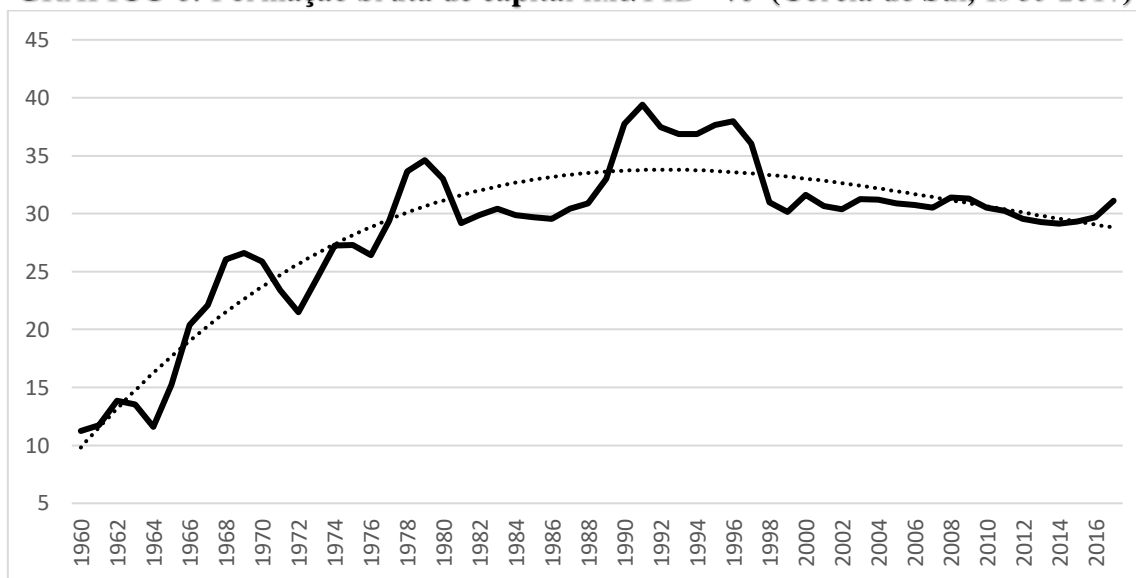
<sup>7</sup> Segundo Otsubo (2007, p.18), “Looking at the developments in GDP components, exports or external demand had not necessarily played a major role quantitatively in Japan’s economic growth, at least until the first half of de 1960s. On the macro front, business investment had been the major engine for Japan’s growth. The contribution of export expansion – ‘trade (export) as an engine for growth’ – was made through its microeconomic effect instead, by stimulating innovation and productivity growth in Japan’s manufacturing sector”.

<sup>8</sup> Segundo Torres Filho (1991) em 1983 as despesas de P&D em relação ao PNB era de 2,66% no Japão, contra 1,97% dos EUA e 1,80% da Europa Ocidental.

<sup>9</sup> Dados extraídos do World Bank Data

políticas industriais setoriais e de caráter crescentemente intensivo em capital. Como mostra o Gráfico 6 a taxa de investimento da Coreia (variável chave para analisar processos de “catching-up”) teve um crescimento vertiginoso – passa de 11% na primeira metade da década de 1960 para mais de 20% do PIB a partir de meados desta década, vindo a alcançar a mais de 30% a partir do início da década de 1980, chegando a atingir a mais de 35% na primeira década de 1990.

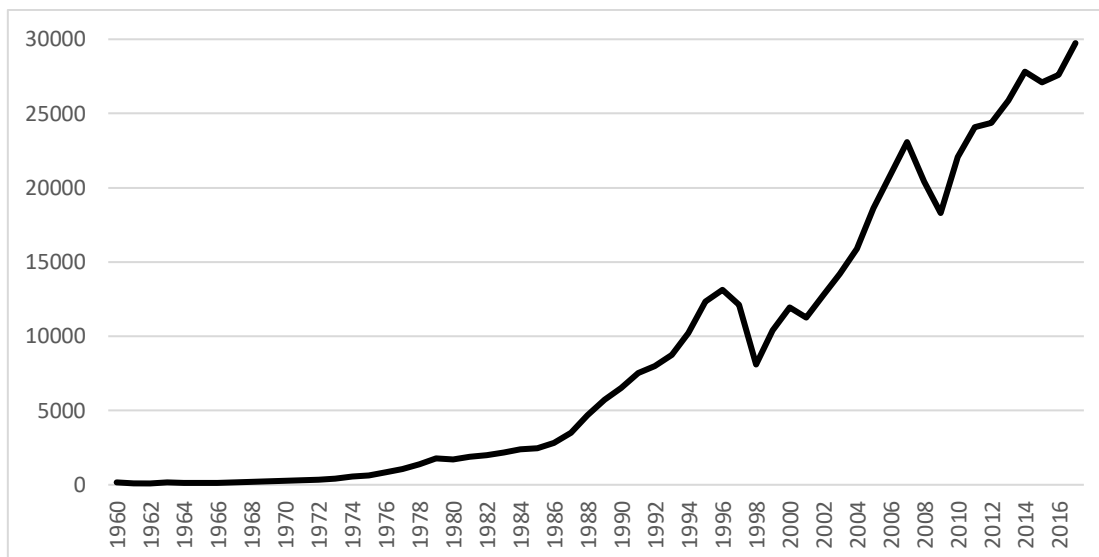
**GRÁFICO 6: Formação bruta de capital fixo/PIB - % (Coreia do Sul, 1960-2017)**



**FONTE: World Bank**

Já no que se refere a renda per capita, o crescimento é igualmente vigoroso: de apenas US\$ 133,45 em 1960, um nível então semelhante ao do Haiti, para US\$ 830,70 em 1976, passando para US\$ 2803,37 em 1986; já a partir daí o crescimento é exponencial, alcançando US\$ 13.137,91 em 1996, US\$ 20.888,38 em 2006 e US\$ 29.742,84 em 2017 (Gráfico 8). Por detrás desta tendência observou-se uma rápida e intensa mudança na estrutura produtiva do país, de uma economia essencialmente agrária para uma economia industrial: a participação do setor manufatureiro (incluindo mineração) cresceu de 12,0% do PNB em 1954/56 para 30,0% em 1977/ 81, enquanto que o setor agrícola (incluindo pesca) caiu de 44,6% para 18,3% no mesmo período (Kim, 1991). De fato, a Coreia do Sul no início dos anos 1960 era um país bastante atrasado economicamente e pobre em recursos naturais (com apenas 30% das terras cultiváveis). Numa perspectiva histórica, sua fase inicial de desenvolvimento pode ser dividida em dois períodos: substituição de importações (1954/1960) e orientação para fora (1961/1979).

**GRÁFICO 7: PIB per capital em US\$ corrente (Coreia do Sul, 1960-2017)**



**FONTE: World Bank**

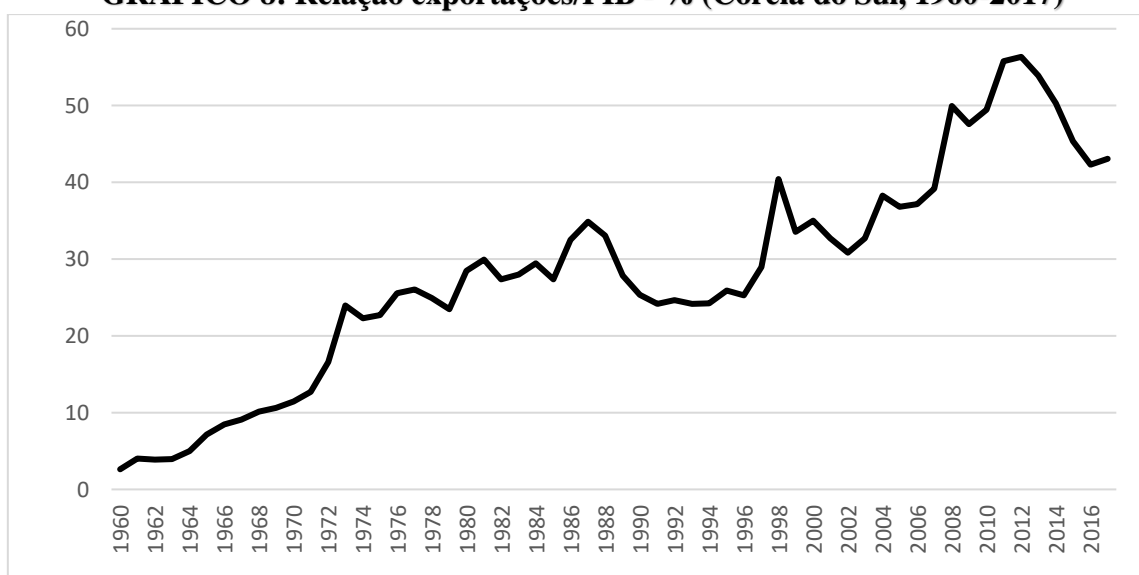
O processo de desenvolvimento da Coreia do Sul pode ser visto como o mais impressionante e rico processo de *catching-up* do último quarto do século XX, pela rapidez em que foi realizado acompanhado de uma profunda mudança estrutural. É difícil atribuir a um único fator a causa do sucesso sul-coreano. A estratégia sul-coreana de *catching-up* incluiu em linhas gerais: **1)** como no caso japonês, *precoce concentração e centralização do capital* sob a forma de grandes conglomerados ou *chaebols*; **2)** *forte participação do governo* nos anos 1960 e 1970 no desenvolvimento de infraestrutura econômica (estradas, portos, eletricidade, irrigação, transporte, comunicação, etc.) através de fundos públicos e empresas estatais<sup>10</sup>; **3)** combinação pragmática – e em momentos-chave, como entre 1957 e 1960 e no início da década de 1980 – de *políticas domésticas ortodoxas para fins de estabilização de preços* (tal como no Japão na década de 1950) *com políticas industriais* voltadas para substituir importações utilizando-se de restrições à importações e elevação de tarifas alfandegárias; **4)** *estatização do sistema financeiro* e utilização do sistema de bancos comerciais e do Banco de Desenvolvimento da Coreia para alavancar setores industriais selecionados, além da criação do Fundo Nacional de Investimento (1973) e do Banco de Exportações e Importações da Coreia (1976) objetivando financiar as exportações com taxa de juros abaixo do preço de mercado (Coutinho, 1999, p.353); **5)** unificação cambial (1961) e *desvalorização cíclica* (sucessivas minidesvalorizações) da taxa de câmbio; **6)** uma ampla gama de *incentivos governamentais* – subsídios e garantias de créditos, proteção contra importações, benefícios fiscais; e uso de empréstimos externos com alguma funcionalidade para o financiamento do desenvolvimento (Aldrighi, 1997, p.142); **7)** *políticas industriais* ativas mediadas por abrangentes planos quinquenais; **8)** *burocracia estatal* capaz de escolher seu staff entre os mais talentosos membros das mais conceituadas universidades e centralizar sua atuação em instituições como o Departamento de Planejamento Econômico (Evans, 1993, p. 110).

O Gráfico 9 atesta a existência de uma dinâmica de crescimento voltada às exportações, notadamente em concomitância com um continuado esforço de acumulação de capital, em uma estratégia de desenvolvimento que combinou um vigoroso processo de

<sup>10</sup> A participação estatal foi de cerca de 40% do total do investimento em 1963/1979, conforme Kim (1991, Tabela 3.1).

substituição de importações com um forte empuxe dinâmico das exportações (Amsden, 1989). De fato, a relação exportações/PIB cresceu vigorosamente: de 2,62% em 1960 para mais de 20% a partir de 1973, crescendo com oscilações até atingir mais de 40% a partir de 2007, ainda que tenha reduzido mais recentemente (Gráfico 8). Outro indicador deste dinamismo está na evolução rápida de suas reservas cambiais que saem de US\$ 20,4 bilhões em 1997 para US\$ 392,5 bilhões em outubro de 2018. O roteiro dos consecutivos planos quinquenais indica isso; desde o esforço de industrialização pela indústria leve em têxteis e confecções (1º plano quinquenal, 1962-1967) até o final da era coreana de substituição de importações (implantação da indústria mecânica pesada; 5º plano quinquenal, 1977-1981).

**GRÁFICO 8: Relação exportações/PIB - % (Coreia do Sul, 1960-2017)**



**FONTE: World Bank**

Além de um engenhoso processo de administração da balança comercial, em concomitância com subsídios creditícios, a desvalorização da taxa de câmbio – variável chave do ponto de vista da competitividade externa - favoreceu o dinamismo exportador da Coreia do Sul: após uma valorização real do câmbio em 1964-1971, observa-se um tendência geral de desvalorização real da moeda, favorecido nos anos 1970 pelo forte repique nos preços domésticos (maior do que de seus parceiros comerciais), até o início dos anos 2000, quando se inicia um processo de valorização gradual da taxa de câmbio real efetiva (Gráfico 9).



**GRÁFICO 9: Taxa de câmbio real efetiva - Coreia do Sul, 1964-2018  
(Índice 2010=100)**



**FONTE: Federal Reserve Economic Data**

É evidente que o governo sul-coreano não somente executou políticas cambiais *ativas*, mas também criou um aparato institucional de incentivo às exportações principalmente a partir da década de 1960, um sistema de proteção do mercado interno (via tarifas de importações) e políticas voltadas para o aumento da complexidade das próprias cadeias produtivas do país que se refletem até hoje sobre o nível de valor agregado das exportações do país. Esse “sistema planejado de comércio exterior” ao se combinar com políticas industriais e de substituições de importações foi crescentemente beneficiado por políticas setoriais voltadas a cadeias produtivas com capacidade de competitividade no mercado internacional. O “modelo neomercantilista coreano” (Kim, 1991, p. 10) pode ser definido como um círculo virtuoso onde o Estado provê as condições institucionais para seu desenvolvimento. Segundo Kim (1991, p. 12, *itálicos acrescentados*):

State interventions could prove instrumental in maintaining the virtuous circle in motion. If, for example, exports run into difficulties, the government could introduce policy measures to stimulate export demands. *Such policies include exchange rate devaluation, export subsidies, or other export incentive systems.* If the export sector begins to lose competitive edge in international markets, the government may resort to fiscal or monetary policies to grant special incentives to or even to direct controls over specific sectors or firms. *Imports would be confined to sectors complementary to export-sector development.* Protective trade policies would be necessary to protect the country’s balance of payments position.

Parte deste sistema de comércio exterior, a proteção no mercado interno às indústrias nascentes, foi fundamental na criação de vantagens competitivas nos mercados internacionais (Aldrichi, 1997, p. 159). Ao lado disso, o Estado proveu concessões de todo tipo às indústrias exportadoras e seletivas em matéria de proteção às exportações: a instalação de novas cadeias produtivas ou a ampliação das já existentes só se justificaria

dentro de uma estratégia que contemplasse a conquista de mercados externos. Dentre os principais estímulos às exportações, além de taxas de câmbio convidativas, podemos elencar: 1) subsídios diretos; 2) taxas de juros abaixo dos praticados no mercado às empresas exportadoras<sup>11</sup>, e 3) restrições quantitativas a importações de capital<sup>12</sup>.

Do ponto de vista da política de crédito e financiamento, um dos mais importantes instrumentos para implementação de uma política setorial orientada para o desenvolvimento industrial foi o controle estatal sobre a alocação de crédito. Já desde as reformas financeiras de 1964/65 a Coreia desenvolveu um “*bank credit based system*”. A relação crédito doméstico ao setor privado sobre PIB cresceu acentuadamente de 56,3% em 1960 para 129,3% em 1972. De fato, as instituições bancárias, que eram direta ou indiretamente controladas pelo governo, proveram a maior parte do financiamento ao investimento na indústria. De particular importância eram um tipo de empréstimos chamado de “*policy loans*”, que tinham taxas de juros excepcionalmente baixas, e termos lenientes de pagamento e eram administrados por bancos públicos de desenvolvimento, sendo disponíveis primariamente para propósitos de financiamento das exportações e de indústrias consideradas chaves. Um órgão ligado ao Ministério da Fazenda, o “*Economic Planning Bureau*” (EPB) definia os critérios e condições de acesso aos “*policy loans*” pelas instituições bancárias, sendo normalmente direcionadas para dar suporte a setores priorizados pelo governo. Um grupo de bancos públicos de desenvolvimento foi instituído no país, destacando-se o Korea Development Bank (15% do total de empréstimos em 1984) e o Korea Export-Import Bank, especializado no crédito de médio e longo prazo para transações do comércio exterior, em particular exportações (Kim, 1991).

Um fator importante da estratégia coreana foi o mix entre endividamento externo e os investimentos estrangeiros diretos. Podemos classificar a utilização de tais instrumentos como algo coerente a uma estratégia de desenvolvimento que combinou, no curto prazo, um certo grau de escassez de recursos com a almejada soberania econômica face a um mundo em transformação, incluindo a aproximação entre Estados Unidos e China (1971) e seus efeitos à dinâmica de crescimento sul-coreana (Aldrichi, 1997, p. 159). O endividamento de Coreia do Sul nos anos 1970 serviu de *funding* com fins produtivos específicos: financiar compra de pacotes tecnológicos inteiros pelo setor privado e investimentos de longo prazo, como em infraestrutura econômica. Apesar da Coreia do Sul no início da 1980 contar com uma das maiores dívidas externas do mundo, cabe salientar que: **1)** a poupança externa (incluindo aí as ajudas unilaterais norte-americanas) nunca passou dos 10% dos fundos para investimentos em capital fixo no país; **2)** sua experiência de endividamento externo distingue-se pela participação menor de dívidas do setor público, evitando que os ajustes onerassem as finanças governamentais; **4)** seu endividamento externo crônico em meados da década de 1970 deu ensejo (dada a implantação da indústria mecânica pesada e a indústria química) numa elevação indireta da taxa de poupança nacional derivada do rápido crescimento no nível da renda e da produção: em relação ao PIB a taxa de poupança cresceu de 8% em 1965 para 38% em

---

<sup>11</sup> De acordo com Kim (1991, p. 22) as taxas de juros para exportações eram em abril de 1962 de 12,7%, enquanto que as taxas e juros comerciais foram de 16,73%. Essa dinâmica foi decorrente e até aprofundada: em janeiro de 1980 os juros aplicados aos exportadores eram de 12%, enquanto que a taxa comercial chegou a 25%. Segundo o autor, os subsídios creditícios às exportações eram uma das medidas mais importantes de incentivo a esta atividade.

<sup>12</sup> Para um aprofundamento sobre os incentivos às exportações e restrições às importações, ver, Kim (1991) e Aldrichi (1997).

1989; 5) os IED`s nunca foram elemento fundamental de adensamento produtivo doméstico (Aldrighi, 1997, p. 168-169).

Outra dimensão do estratégia sul-coreana é a relação entre salários e produtividade do trabalho. Esta relação deve servir tanto a uma virtuosa distribuição funcional da renda quanto a taxas de lucros atrativas ao investimento privado. Neste aspecto pode-se dizer que a Coreia do Sul passou por um chamado “momento Lewis”, onde a abundancia da mão-de-obra foi *recurso ocioso* fundamental para acumulação de capital e foi responsável por manter a taxa de salários praticamente inalterada entre 1958 e 1967 (Kim, 1991, p.44). Em meados dos anos 2000 o país encontrava-se em estágio intermediário entre o nível de salários praticados nos EUA e Japão e os praticados no restante do sudeste asiático (Guarini; Rabellotti, 2006, p. 7). A Tabela 1 mostra que o crescimento da taxa real esteve sempre abaixo da produtividade do trabalho de 1967 a 1975, sendo que a partir de 1976 começa a inverter tal tendência. Expressivos aumentos salariais podem ser observados no final da década de 1970 momento em que novas leis e regulamentos sobre o trabalho foram elaboradas e postas em prática – fruto também da crescente sindicalização dos trabalhadores urbanos.

**TABELA 1: SALÁRIOS REAIS E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA (COREIA DO SUL, 1967-1978)**

Anos	Taxa de crescimento		Index (1966=100)	
	Taxa real de salário	Produtividade do trabalho	Taxa real de salário	Produtividade do trabalho
1967	10,4	17,7	110,4	117,7
1968	13,9	19,8	125,7	141,1
1969	21,7	26,5	153,1	178,4
1970	11,5	12,6	170,6	200,8
1971	2,4	9,8	174,7	220,5
1972	1,9	9,0	178,0	240,4
1973	14,4	10,4	203,7	265,4
1974	8,9	11,2	221,8	295,1
1975	1,5	11,6	225,1	329,3
1976	17,7	11,9	265,0	368,5
1977	20,6	3,9	319,6	382,9
1978	17,1	11,5	374,3	426,9

FONTE: Kim, 1991

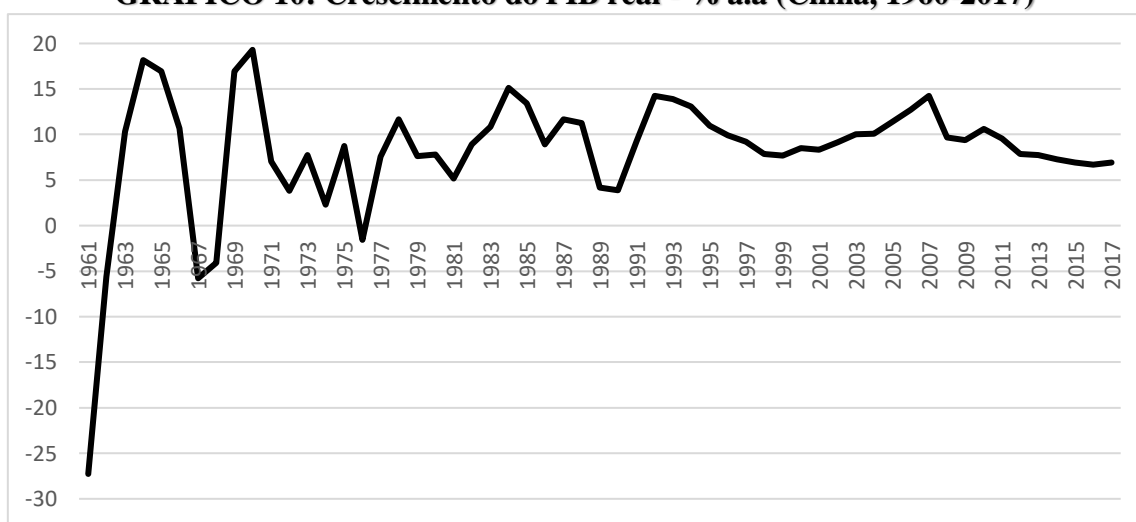
#### 4. CHINA: O “NOVO-DESENVOLVIMENTISMO COM DIMENSÕES CONTINENTAIS”

Pode-se dizer que o final do século XX foi marcado pela confluência de um caso de extremo sucesso de *catching-up* iniciado nas últimas quatro décadas do referido século (Coreia do Sul) e início e consolidação de um dos casos mais impressionantes de desenvolvimento robusto e continuado da história (República Popular da China), ainda em curso.

Todos os dados a serem elencados demonstram ser uma experiência cujo sentido e estratégia de política macroeconômica dão margem suficiente para sustentar a *Estratégia*

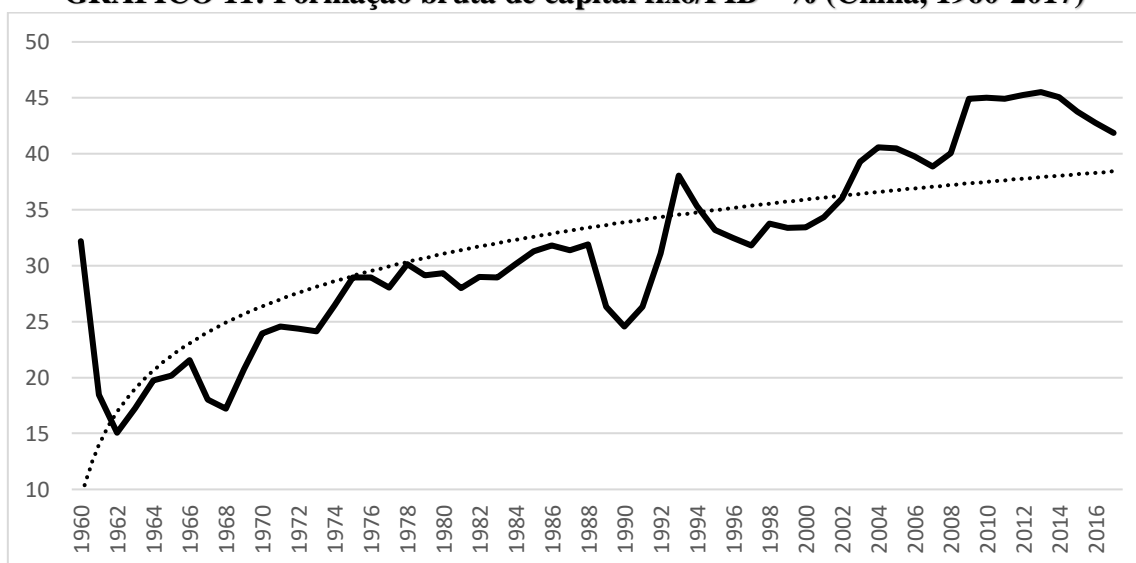
*Novo-Desenvolvimentista* como paradigma de projeto nacional de superação da condição periférica. Seu crescimento econômico, no período de 1980 e 2017 foi excepcional: a média de crescimento do PIB real no período foi de 9,2% a.a. Portanto, há mais de quatro décadas que o país cresce, acima da média internacional, de forma quase que ininterrupta (gráfico 10). A taxa média de crescimento do PIB per capita da China por mais de 35 anos, por sua vez, alcançou a média de cerca de 9,0% a.a., sendo que a renda per capita (por Paridade de Poder de Compra) passou de apenas US\$ 250 dólares em 1980 para US\$ 8.827 em 2018, isto é, cresceu 36 vezes! Este processo foi acompanhado de uma elevada taxa de investimento com média de 36,9% do PIB em 1982/2011, e acima de 40% a partir de 2004 até a atualidade (gráfico 11).

**GRÁFICO 10: Crescimento do PIB real - % a.a (China, 1960-2017)**



**FONTE: World Bank**

**GRÁFICO 11: Formação bruta de capital fixo/PIB - % (China, 1960-2017)**



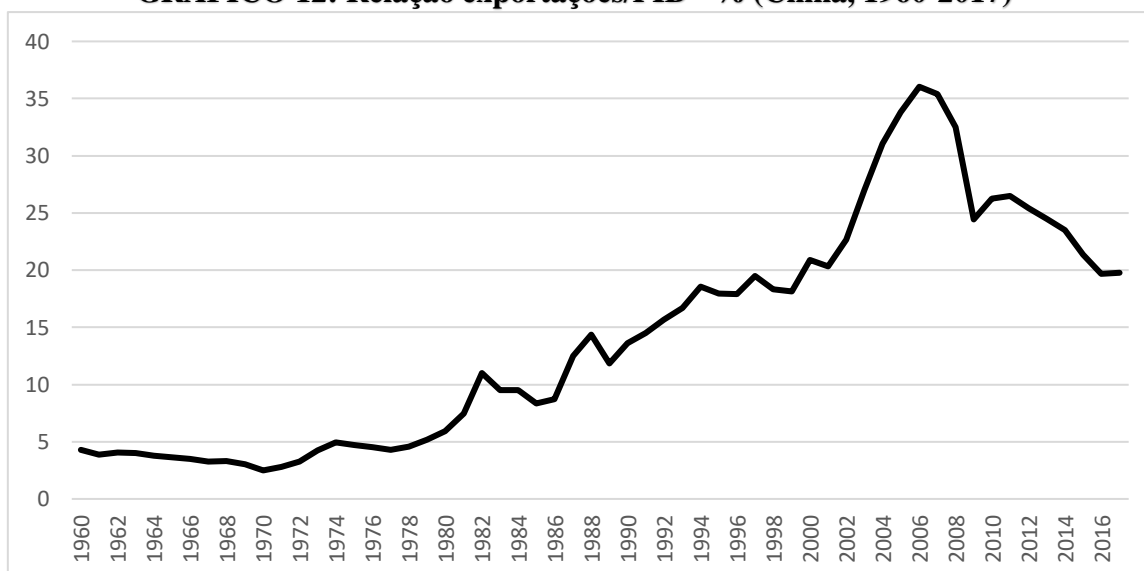
**FONTE: World Bank**

Desde 2013, a China é o país de maior volume de comércio exterior no mundo, desempenho que tem provocado fortes efeitos sobre praticamente todas as economias nacionais, tornando-se também grande exportadora de capitais via investimentos direto no exterior (US\$ 0,8 bilhão em 1990 para US\$ 101,9 bilhões em 2017). Como receptor

de capitais externos, os investimentos diretos estrangeiros (IDE) passaram de US\$ 1,4 bilhão em 1984 para US\$ 168,2 bilhões em 2017. Enquanto que até 1991 estes investimentos eram voltados exclusivamente para os setores exportadores, com elevada concentração em Guangdong, a partir deste ano uma parcela crescente de IDE sob a forma de joint-ventures foi direcionada para construção e ampliação de capacidade produtiva voltada ao mercado interno (Medeiros, 1999, p. 97).

O peso da influência internacional do país e a percepção de uma combinação entre um modelo *export-led* (exportações acima de 30% do PIB, ver gráfico 12) com traços de *mercantilismo moderno* podem ser notados na evolução da pauta comercial que reflete o crescente grau de complexidade de sua indústria<sup>13</sup>. Em 1978, as exportações foram da ordem de US\$ 9,75 bilhões, passando em 2017 para US\$ 2,42 trilhões. A China teve déficits comerciais até 1989, em função do maior crescimento das importações (alimentos, bens de capital, etc.) vis-à-vis às exportações, sendo que essas, favorecidas pela desvalorização cambial, passaram a crescer fortemente a partir de 1995, acompanhado pelo crescimento (um pouco abaixo) das importações, essas sujeitas a tarifas alfandegárias e não-alfandegárias e um câmbio desvalorizado, estimulando um processo vigoroso de substituição de importações e de forte empuxe das exportações.

**GRÁFICO 12: Relação exportações/PIB - % (China, 1960-2017)**



**FONTE: World Bank**

As reservas cambiais, por sua vez, saltaram de US\$ 1,6 bilhão em 1978 para US\$ 3,09 trilhões em março 2019, propiciado pelo desempenho comercial e pelo afluxo de IDE, sendo de longe as maiores do mundo. O fato de as exportações, desde o início da década de 1990, terem ultrapassado as importações e a relação entre ambas obedece a uma verdadeira “linha de proximidade” demonstra que a administração do balanço de pagamentos é um elemento fundamental de sua estratégia de desenvolvimento. Os dados sobre os juros reais e a inflação corroboram a relação entre essas variáveis em um país

<sup>13</sup> A pauta de exportações passou a ter um crescente peso de produtos manufaturados de maior valor agregado, como produtos eletrônicos e maquinários: em 1997, o valor das exportações de produtos eletrônicos saiu de US\$ 19,4 bilhões em 1991, para US\$ 83,8 bilhões em 1997 e US\$ 174 bilhões em 2002, alcançando US\$ 718 bilhões em 2014. As exportações no setor de maquinários totalizaram US\$ 18,7 bilhões em 1997, mais que decuplicando em dez anos, chegando a US\$ 215 bilhões em 2008 e US\$ 318 bilhões em 2014 (OEC, 2016).

em *catching-up*: os juros reais, reagindo ao aumento da oferta de moeda e refletindo a estratégia de mudança do *drive* da economia do *investimento* ao *consumo*, reduzem de 7,2% a.a. em média em 1997/1999 para 2,1% a.a em 2000/2018. A inflação, medida pelo índice de preços ao consumidor, após o repique em 1993/1995 com taxa média de 18,6% a.a., que resultou de uma aguda desvalorização cambial, vem se mantendo em patamares baixos desde o final da década de 1990, com média de 1,9% em 1997/2017<sup>14</sup>. A combinação entre taxa de câmbio estável, gradual liberalização comercial, crescimento da produtividade do trabalho e forte aumento na capacidade produtiva exerceu forte pressão baixista sobre a inflação a partir de 1997.

Houve, desde a década de 1990, dois grandes movimentos de intervenção estatal sobre a economia chinesa. O primeiro grande registro se deu com o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste, no ano de 1999, e que rapidamente se converteu na maior transferência territorial de renda do mundo moderno (Jabbour, 2006). Este programa lançou o primeiro grande passo no sentido da unificação do território econômico da China, de forma semelhante ao ocorrido nos EUA na segunda metade do século XIX (Oliveira, 2003). Tratou-se, também, de uma resposta aos impactos da crise financeira asiática de 1997/1998 sobre a economia e o nível de emprego.

O segundo grande movimento de “intervenção em massa” do Estado na economia ocorre como resposta à crise internacional iniciada em 2008. Naquele mesmo ano, no dia 5 de novembro, o Conselho de Estado da China anunciou ao mundo um vigoroso pacote de estímulos à economia, da ordem de US\$ 600 bilhões – à época, correspondente a 12,6% do PIB. Uma verdadeira intervenção em massa do Estado na economia, diga-se de passagem. Em apenas alguns anos o país estaria cortado por novos e milhares quilômetros de linhas de trens de alta velocidade, metrô e estradas<sup>15</sup>.

Ao lado da construção de *institucionalidades* também as diferentes *dinâmicas de acumulação* embutiam novas *políticas econômicas* e *industriais* encetadas pelo Estado. A cada *ciclo de inovações institucionais*<sup>16</sup> verificamos um aumento *qualitativo* do papel do Estado ao lado da elevação *quantitativa* do mercado/setor privado. Neste sentido políticas de “socialização do investimento” e seus mecanismos seriam a expressão máxima de um processo de construção de instituições capazes de refletir, ao longo do tempo, a estratégia do país.

A solução da “grande questão” (relação Estado x mercado/setor privado), e a compreensão de como a China se preparou aos dois grandes movimentos de intervenção estatal aludidos acima, não somente foi acompanhada pelo incremento de instrumentos macroeconômicos mas também pela introdução de mecanismos que dão contorno “novo-desenvolvimentista” à experiência. Por exemplo, um *ciclo de inovação institucional* iniciado nos primeiros anos da década de 1990 desembocou a partir de 1994 em 1) avanço do setor privado sobre ativos estatais; 2) reforma fiscal revertendo a tendência anterior de descentralização, e inaugurando um processo de construção de condições fiscais quer

---

<sup>14</sup> Dados extraídos do World Bank Data.

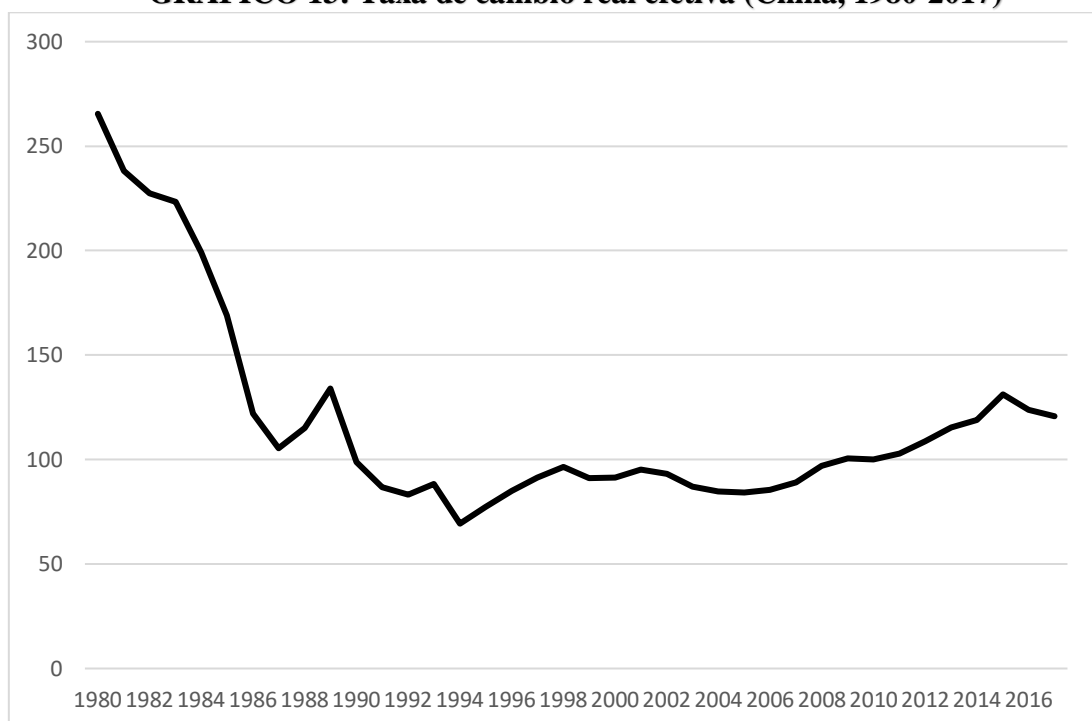
<sup>15</sup> Cabe destacar que: 1) A relação investimento/PIB chegou à impressionante marca de 47,6% em 2011, configurando capacidade produtiva instalada pronta a responder não somente a desafios internos, mas também externos como o proposto pela configuração de uma Nova Rota da Seda (terrestre e marítima), lançada pelo presidente chinês Xi Jinping em setembro de 2013 e 2) Dados do National Bureau of Statistics of China (NBSC) mostram que a malha ferroviária chinesa saltou, entre 2009 e 2015, de 86 mil para 121 mil quilômetros de extensão.

<sup>16</sup> Sobre os ciclos de inovações institucionais e sua ocorrência na China, ver Jabbour e Paula (2018).

permitiram implementação posterior de políticas anticíclicas na China; 5) instituição de mecanismos de controle de fluxo de capitais, entendidos como necessários para controlar a taxa de câmbio<sup>17</sup>; e 6) unificação da taxa de câmbio que passou por uma maxidesvalorização em 1984/86 (gráfico 13):

A experiência chinesa demonstra o quão fundamental é o lugar da *taxa de câmbio* ao processo de desenvolvimento, dando validade teórica à abordagem Novo-Desenvolvimentista. Seu comportamento é sugestivo sobre os *ciclos de mudanças institucionais* pelas quais tem passado a economia chinesa desde o início das reformas econômicas. Foi contínua a tendência de desvalorizações do yuan desde 1981, até a maxidesvalorização de 1994, ocorrida pari passu a um forte ajuste fiscal interno. Uma taxa fixa (1 US\$ = 8,3 RMB) vigorou entre 1995-2006. A partir de 2006, um regime cambial semifixo foi implantado. Desde 2015 o Banco Popular da China (BPC) tem intervindo no mercado cambial, depreciando o yuan de forma controlada. O Gráfico 13 mostra o comportamento da taxa de câmbio real na China em 1980/2017, onde pode-se observar uma tendência clara e gradual de forte depreciação no câmbio real entre 1980/1992, mantendo-se mais ou menos estável desde então (mas em níveis considerados subvalorizado), passando a ter uma tendência a apreciação real (e gradual) até meados da década de 2010, quando passou a se depreciar.

**GRÁFICO 13: Taxa de câmbio real efetiva (China, 1980-2017)**



**FONTE: Federal Reserve Economic Data**

<sup>17</sup> Os objetivos desses controles se alteraram ao longo do tempo, mas, de maneira geral, visaram: (i) ajudar a canalizar a poupança externa para a utilização desejada; (ii) manter a política monetária independente da influência do ambiente internacional; (iii) evitar empresas e instituições financeiras de assumirem um risco externo excessivo; (iv) manter em equilíbrio o balanço de pagamentos e a estabilidade da taxa de câmbio; e (iv) isolar a economia dos efeitos de crises financeiras internacionais (Zhao, 2006, p.8).

Ainda sobre este *ciclo de inovação institucional*, o mesmo abriu as portas a uma dinâmica de crescimento caracterizada pela “combinação de duas dinâmicas”: uma dinâmica de *export-led* e outra *investment-led*<sup>18</sup>. Esta combinação foi articulada por uma *política industrial* que determinou, e relacionou, elevação da capacidade produtiva atrelada à expansão dos investimentos estrangeiros diretos, que saem de US\$ 4,3 bilhões em 1991 para US\$ 44,3 em 1997 (World Bank, 2017). No início da década de 2000 um novo salto de qualidade é percebido na economia chinesa com a ampliação da política de *substituição de importações*, agora nos novos setores ligados à indústria mecânica pesada (trens de alta velocidade, por exemplo)<sup>19</sup>. Amplas políticas industriais direcionadas aos setores de ponta da economia desde então têm sido elaboradas e implementadas que, combinadas com uma política cambial ativa, blindou o país de se tornar mais uma *maquiladora* de tipo mexicana e rompendo a *fronteira prebischiana* entre sua antiga condição periférica, adentrando às portas do *centro do sistema*<sup>20</sup>. O *catching-up* chinês hoje tomou a forma de um grande plano chamado *Made in China 2025*.

É sugestiva a *relação entre o forte ajuste fiscal de 1994 e a criação de um ambiente propício ao lançamento de um grande pacote fiscal com vistas ao enfrentamento da crise asiática de 1997* pela via do fortalecimento da demanda doméstica. Essa correta política econômica não se restringiu à existência de boas condições fiscais, inflação controlada, baixas taxas de juros convidativas à expansão da capacidade produtiva e acesso das empresas nacionais à demanda doméstica (proporcionada pela instituição de um câmbio fixo e depreciado). Um salto de qualidade da ação estatal sobre a economia também fora forjado ao longo das reformas econômicas: a formação de um sistema financeiro público voltado ao investimento de longo prazo.

A evolução institucional do sistema financeiro acompanhou e mesmo antecipou-se às exigências do processo de reformas econômicas, incluindo a superação do alto grau de repressão financeira. Entre 1978 e 1984 o Banco Popular da China tornou-se o responsável pela regulação do sistema financeiro, regendo comissões, como a de Regulação Bancária da China (CBRC), a de Regulação dos Valores Mobiliários da China (CSRC) e a de Regulação de Seguros da China (CIRC). Ao mesmo tempo, quatro grandes bancos estatais foram se formando ao longo do tempo (*Big Four*)<sup>21</sup>, além de emergir um grande número de bancos nacionais e regionais de variados tipos de controle de capital, atendendo às exigências colocadas pela agricultura, construções urbanas, infraestruturas e financiamento de exportações e importações, além de ter havido um gradual desenvolvimento do mercado de capitais na China.

---

<sup>18</sup> A relação entre exportações/PIB passa de 7,5% em 1980 para 10,5% em 1986, 17,5% em 1991, e alcança 20,4% em 1995, 26,5% em 2003 e 35,7% em 2006, passando a cair desde então até chegar a 22,6% em 2015. A taxa de investimentos, como visto, passa por um forte processo de aceleração a partir do final da década de 1990.

<sup>19</sup> Ao antecipar a grande demanda doméstica e garantir acordos de transferência de tecnologia de países detentores de tecnologia de ponta neste setor em contratos que remontam à segunda metade da década de 1990 a China deixou de ser um país importador de tecnologia em trens de alta velocidade até 2004 para se tornar líder no mercado mundial a partir de 2011.

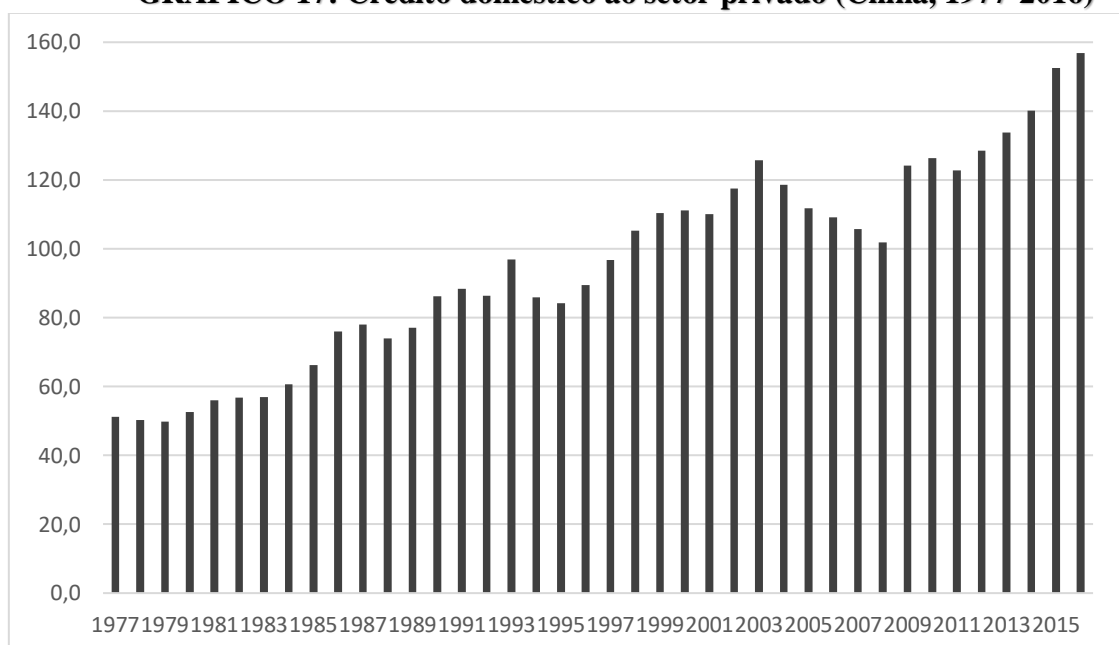
<sup>20</sup> Sobre as diferentes políticas industriais executadas pelo governo chinês desde o início dos anos 2000 ler: Gabriele (2010) e Lo e Wu (2014).

<sup>21</sup> São eles: Industrial and Commercial Bank of China, Construction Bank of China, Agricultural Bank of China e Bank of China. Além deles, há três bancos de desenvolvimento públicos: China Development Bank, Agricultural Bank of China e Export-Import Bank of China, voltados ao apoio a agricultura, infraestrutura e comércio exterior.



Fica evidente que a China criou um sistema de financiamento da atividade produtiva e voltado para a transformação estrutural da economia que se revelou bastante funcional ao processo de desenvolvimento do país. O gráfico 17 mostra que a relação crédito doméstico às empresas em relação ao PIB (inclui empresas mistas e estatais, além das privadas propriamente ditas) esteve na ordem de 50-70% em 1977/1985, cresceu fortemente desde então acompanhando o acelerado processo de crescimento econômico dos país, alcançando a mais de 100% já em 1998 e mais de 130% do PIB a partir de 2012. De fato, o sistema financeiro chinês e sua forte expansão creditícia permitiu o financiamento do investimento em setores e empresas selecionadas, regiões e infraestrutura, se tornando “a coluna vertebral do dinamismo quantitativo e qualitativo do investimento” (Cintra e Silva Filho, 2015, p. 448).

**GRÁFICO 17: Crédito doméstico ao setor privado (China, 1977-2016)**



**FONTE: World Bank**

Em suma a estratégia chinesa de desenvolvimento pode ser caracterizada pela combinação dos seguintes elementos: **1)** a ocorrência de *ciclos de inovações institucionais* que ao *recolocar estrategicamente o papel do Estado* conseqüentemente permite soluções de continuidade ao processo de desenvolvimento; **2)** política cambial e de controle de fluxos de capitais capazes de conferir: a) acesso à demanda interna pelas empresas nacionais; b) correta administração do balanço de pagamentos; c) formação de um *policy space* (via formação das maiores reservas cambiais do mundo e implementação de controle de capitais) à administração de uma política monetária condizente à estratégia e os desafios imediatos; **3)** política de juros baixas, estimulando, junto com o aumento dos salários reais, o aumento do papel do consumo no conjunto da demanda **4)** combinação de uma correta estratégia de adensamento produtivo nas exportações com altas taxas internas de investimentos e **5)** importante controle estatal sobre a grande propriedade estatal nos setores estratégicos e no sistema financeiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltamos à questão fundamental deste artigo: em que medida o processo de *catching up* no Japão e na Coreia do Sul, e na China, pode ser entendido como uma aplicação de uma *estratégia novo-desenvolvimentista*? Após analisarmos as tendências gerais e políticas implementadas relativas as experiências dos referidos países a resposta a esta questão é positiva. Tratam-se experiências que podem ser entendidas dentro dos parâmetros teóricos da teoria novo-desenvolvimentista. De uma forma ou de outra ou dentro de determinado período nodal de cada experiência foi possível detectar desde uma relação de complementaridade entre Estado e mercado como um processo dinâmico que se altera ao longo do tempo até a implementação de uma política econômica voltada para a administração tanto dos cinco preços básicos (câmbio, taxa de juros, salário, inflação e lucro) quanto das duas contas macroeconômicas (fiscal e externa) bem administradas; desde a necessária complementaridade entre política macroeconômica e política industrial até a fundamental existência dos bancos públicos e de desenvolvimento como braços institucionais ao enfrentamento do problema do “financiamento do desenvolvimento”.

Destacamos o papel de destaque que a literatura reserva sobre o *catching-up* do Japão e sua influência sobre a dinâmica de desenvolvimento perseguida pela Coreia do Sul que, por sua vez, demonstra intenso vigor exportador e capacidade de enfrentar os *choques externos* com “soluções para frente” onde, a cada quadra de seu processo de desenvolvimento, fica evidente sua marca de *export-led* com cada vez maior complexidade de sua pauta exportadora. Apesar de a experiência japonesa ter maior peso as políticas industriais, em ambas experiências taxas de câmbio real estáveis (no caso do “milagre japonês” até início dos anos 1970) ou desvalorizadas (no caso do “milagre coreano” dos anos 1970 a 1990), juros baixos (e subsidiados em algumas modalidades), crescimento gradual dos salários, altas taxas de investimentos e estímulos às exportações tiveram um papel crucial na estratégia de desenvolvimento. Procurando mostrar neste artigo que boas *políticas industriais* não prescindem, também, de boas políticas econômicas caracterizadas pela administração de determinados preços macroeconômicos chaves.

Por fim, analisamos o paradigmático caso chinês. O destaque dado a esta impressionante experiência justifica-se tanto pela possibilidade de oferecer à *Estratégia Novo-Desenvolvimentista* um grande marco de validação teórica quanto a possibilidade de novos aportes serem incorporados à nossa visão de estratégia de desenvolvimento. Sob todos os aspectos a China pode ser vista como uma interessante aplicação da *Estratégia Novo-Desenvolvimentista*, com destaque à deliberada política de maxidesvalorização cambial de 1994 e a atual administração estrita sobre este preço pelo Estado. Reconhecemos o desafio de ao analisar uma realidade complexa e continental como esta também termos de absorver *novos critérios de validação teórica*, a saber: **1)** a possibilidade de combinações de dinâmicas de acumulação (*export-led* e *investment-led*, por exemplo) no mesmo tempo histórico e **2)** a ocorrência de ciclos de inovações institucionais que ao recolocar estrategicamente o papel do Estado consequentemente permite soluções de continuidade ao processo de desenvolvimento; **3)** o enfrentamento da problemática de financiamento do desenvolvimento.

Certamente este trabalho é apenas o início de uma longa jornada de análise de processo de desenvolvimento à luz das experiências históricas concretas numa perspectiva novo-desenvolvimentista. A *Estratégia Novo-Desenvolvimentista* ainda tem um largo curso a percorrer.

## 6. REFERENCIAS

- ALDRIGHI, D. M. (1997) *Financiamento e Desenvolvimento Econômico: teorias e a experiência coreana*. São Paulo: FIPE-USP
- AMSDEN, A. (2004) *A Ascensão do “resto”*. São Paulo: Editora Unesp.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. (2009). *Globalization and Competition: Why Some Emergent Countries Succeed while Others Fall Behind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. (2011). From old to new developmentalism in Latin America. In: OCAMPO, J. A.; ROS, J. (Ed.). *The Oxford Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2015) Resumo do novo-desenvolvimentismo em 2015. In OREIRO, J.; PAULA, L. F.; MARCONI, N. (2015) *A Teoria Econômica na Obra de Bresser-Pereira*. Santa Maria: Editora UFSM.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; GALA, P. (2012) Novo Desenvolvimentismo e apontamentos para uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. In OREIRO, J.; PAULA, L.F.; BASILIO, F. (2012) *Macroeconomia do desenvolvimento*. Recife: Editora Universitária.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; OREIRO, J.L; MARCONI, N. (2015). *Developmental Macroeconomics as a Growth Strategy*. Abington: Routledge.
- BURLAMAQUI, L. (2015) Finance, development and the Chinese entrepreneurial state: A Schumpeter-Keynes-Minsky approach. *Brazilian Journal of Political Economy*. Vol. 35 (4), 728-744.
- CHANG, H J. (1993) The political economy of industrial policy in Korea. *Cambridge Journal of Economics*, vol 17, 131-157.
- CHANG, H.J. (2002). *Kicking Away the Ladder – Development Strategy in Historical Perspective*. London: Anthem Press.
- CINTRA, M.; SILVA FILHO, E. (2015). O sistema financeiro chinês: a grande muralha. In CINTRA, M.; SILVA FILHO, E.; PINTO, E. (2015). *China em Transformação*. Brasília: IPEA.
- EVANS, P. (1993) O Estado como problema e solução. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Vol 28 (29), p. 107-157.
- FONSECA, P. C. D. (2015) Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Texto para Discussão IPEA. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td\\_2103.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf) Acessado em 01/03/2019
- GABRIELE, A. (2010) The role of the State in China's industrial development: A reassessment. *Comparative Economic Studies*. Vol 52 (3), p. 325-350.

- GERSCHENKRON, A. (1962) *Economic Backwardness in Historical Perspective: a book of essays*. New York: Frederick A. Praeger Publishers.
- GUARINI, G; RABELLOTTI, R. (2006): Is Korea catching up? An analysis of the labour productivity growth in South Korea. *Oxford Development Studies*, vol 34 (3), 323-339.
- GUIMARÃES, A. Q. (2010) Estado e economia na Coreia do Sul – do estado desenvolvimentista à crise asiática e à recuperação posterior. *Revista de Economia Política*, Vol 30 (1), 45-62.
- GUZMAN, M.; OCAMPO, J.A.; STIGLITZ, J. (2018). Real exchange rate policies for economic development. *World Development*, vol.110, 51-62.
- HIRATA, H.; ZARIFIAN (1991) Força e fragilidade do modelo japonês. *Estudos Avançados*, Vol. 12 (5), p. 173-185.
- JABBOUR, E. (2006) *China: infra-estruturas e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- JABBOUR E.; DANTAS, A. (2017) The political economy of reforms and the present Chinese transition. *Brazilian Journal of Political Economy*. volume 37 (4), 789-807.
- JABBOUR, E.; PAULA, L. F. (2018) A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschkenron-Rangel-Hirschman. *Revista de Economia Contemporânea*. N. 22 (1), p. 1-23.
- JOHNSON, C. (1982) *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy : 1925-1975*. Stanford: Stanford University Press.
- KEYNES, J.M. (1937). The ex-ante theory of the rate of interest. *Economic Journal*, December.
- KIM, S. (1991) The Korean miracle (1962-1980) revisited: myths and realities in strategy and development. *Kellogg Institute Working Paper 166*.
- LO, D.; WU, M. (2014) The state and industrial policy in Chinese economic development. In SALAZAR-XIRINACHS, J.M.; NUBLER, I.; ZOZUL-WRIGHT, R. (ed) (2014). *Transforming Economies*. Geneva: International Labour Office.
- MARCONI, N. (2012). The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: an estimation. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 32(4): 656-669.
- MEDEIROS, C. (1997) Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e América Latina. In TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (1997) *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*. Petrópolis:Vozes.
- MEDEIROS, C. (1998) Raízes estruturais da crise financeira asiática e o enquadramento da Coreia. *Economia e Sociedade*. (11), p. 151-1998
- MEDEIROS, C. A. e CINTRA, M. R. V. P. (1999) Economia e política do desenvolvimento recente da China. *Revista de Economia Política*, 19, 3 (75), p. 92-112.

- MEDEIROS, C. (2013) Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In Bielschowsky, R. (org.) (2013): *Padrões de desenvolvimento econômico: América Latina, Ásia e Rússia (1950-2008)*. Brasília: CGEE.
- NAM, C. (1995) The Role of Trade and Exchange Rate Policy in Korea's Growth. In Ito, T.; Krueger, A. (eds) *Growth Theories in Light of the East Asian Experience*, NBER-EASE Volume 4. Disponível em: [https://www.nber.org/books/ito\\_95-2](https://www.nber.org/books/ito_95-2)
- NAUGHTON, B. (1996) *Growing Out of the Plan: Chinese economic reform, 1978-1993*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NAUGHTON, B (2007) *The Chinese Economy: transitions and growth*. London: MIT Press.
- NAUGHTON, B. (2017) Is China socialist? *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, p. 3-24, 2017
- OLIVEIRA, A. P. (2003). O salto qualitativo de uma economia continental. *Política Externa*, Vol. 11 (4), p. 6-13.
- OREIRO, J. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, Vol. 26 (75), p. 29-40
- OTSUBO, S.T. (2007). Post-war development of Japanese economy, mimeo, [https://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Postwar\\_Development\\_of\\_the\\_Japanese%20Economy\(Otsubo\\_NagoyaU\).pdf](https://www.gsid.nagoya-u.ac.jp/sotsubo/Postwar_Development_of_the_Japanese%20Economy(Otsubo_NagoyaU).pdf)
- PALMA, G. (2009). Flying geese and waddling ducks: the different capabilities of East Asia and Latin America to “demand-adapt” and “supply-upgrade” their export productive capacity. In CIMOLI, M., DOSI, G.; STIGLITZ, J. (eds.), *The Political Economy of Capabilities Accumulation: the Past and Future of Policies for Industrial Development*, Oxford University Press.
- PAULA, L.F. (2013). Financiamento, crescimento econômico e funcionalidade do sistema financeiro: uma abordagem pós-keynesiana. *Estudos Econômicos* vol. 43(2): 363-396.
- PAULA, L. F. (2015) Macroeconomia do desenvolvimento de Bresser-Pereira: para além da ortodoxia e do keynesianismo vulgar. In OREIRO, J.; PAULA, L. F.; MARCONI, N. (2015) *A teoria econômica na obra de Bresser-Pereira*. Santa Maria: Editora UFSM.
- RODRIGUEZ, O. (2009) *O Estruturalismo Latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SAITO, J. (2017). Japan’s economy and policy in a global context: Postwar experience and prospects for the Twenty-first century. In GREEN, M.; COOPER, Z. (ed.). *Postwar Japan: Growth, Security and Uncertainty since 1945*. Lanham: Rowan & Littlefield.

- STIGLITZ, J (1996) Some lessons from the East Asian miracle. *The World Bank Observer*. Vol. 11 (2), p. 151-177.
- TAKAGI, S. (1996). The Japanese system of foreign exchange and trade control, 1950-1946. *Working Paper* No. 123, Center on Japanese Economy and Business, Columbia Business School.
- TORRES FILHO. E. (1991). *A Economia Política do Japão: Reestruturação econômica e seus impactos sobre as relações nipo-brasileiras (1973-1990)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ.
- TORRES FILHO. E. (1999) Japão: da industrialização tardia à globalização financeira. In FIORI, J. L., org. (1999) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.
- ZHAO, M. (2006). “External liberalization and the evolution of China’s exchange system”. The World Bank Beijing Office.